



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

## 30<sup>a</sup> Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Realizada em  
Brasília/DF.  
02 de setembro de 2025.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa RDK Degravações e Eventos*

1 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Bom  
2 dia, bom dia, pessoal, vamos começar, vamos sentando, por favor. Bom dia a todos,  
3 vamos começar a nossa reunião, muita satisfação que a ANAMMA preside essa reunião  
4 da Comissão Nacional Tripartite, antes de mais nada queremos agradecer a Deus,  
5 agradecer a presença de todos, agradecer a ANAMMA em peso aqui, com temas  
6 relevantes para os nossos municípios, agradecer a minha querida e minha futura  
7 deputada Mauren, eu tenho certeza que Deus vai iluminar e nós vamos buscar essa  
8 mulher dentro da Câmara Federal, na defesa do meio ambiente e voltando para os  
9 municípios. Hoje, vamos discutir uma pauta extensa, uma pauta com apresentações  
10 muito relevantes para todos nós e para os municípios. Queremos aqui colocar a ata da  
11 30ª reunião anterior da comissão tripartite, saber se alguém tem alguma modificação,  
12 algum acréscimo da ata anterior, é a 29ª, nós estamos na 30ª, é na 29ª da ata anterior  
13 que nós presidimos se alguém, que o capô presidiu ou foi a Mauren. Foi o Capô. Então,  
14 a ata está em discussão, a ata anterior, alguém quer fazer alguma modificação, algum  
15 acréscimo? Não havendo quem queira fazer modificação, está aprovada a ata anterior.  
16 Hoje, a comissão tripartite, através do presidente Rodrigo Agostinho, vamos discutir a  
17 recomendação da Controladoria Geral sobre a transparência, sobre os vetos no projeto  
18 de lei na medida provisória 1308 de 2025. Tem uma recomendação da Controladoria  
19 Geral da União, da CGU, sobre transparências e informações de licenciamento  
20 ambiental. Nós vamos falar sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente, SINIMA, através  
21 do Ariel Pares. A apresentação do resultado do GT da tripartite e de logística reversa,  
22 que será apresentada pelo nosso secretário, Adalberto Maluf. Nós vamos apresentar pela  
23 ANAMMA um sistema de licenciamento ambiental online, que o Alan vai fazer uma breve  
24 apresentação. Depois nós vamos fazer o Sistema Nacional das Emissões de Gás do  
25 Efeito Estufa, GGE, que é uma parceria da ANAMMA com a DIP, onde o município de  
26 São José dos Campos, aqui está o Manara, já fez o POC e as emissões já estão provadas  
27 e nós vamos fazer essa apresentação para todos. Ainda vamos falar sobre o Programa  
28 Nacional de Capacitação para os Gestores, com o Ricardo Hyaponik. E, por final, vamos  
29 fazer o pagamento de serviços ambientais com o Gabriel Von Boca, da Pocademi. Então  
30 queremos agradecer a todos e vamos para a pauta. Alguém tem algum comentário a  
31 fazer sobre a pauta? Alguma inversão de pauta? Então, vamos começar pela  
32 recomendação da Controladoria Geral da União sobre transparência de informações de

33 licenciamento ambiental. Gustavo Chaves e a Marcela vai falar. Antes a Marcela quer  
34 dizer alguma coisa da reunião?

35 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Eu gostaria de agradecer,  
36 agradecer a presença da Ana Flávia. O Capobianco foi chamado para uma reunião de  
37 emergência, então não pôde estar presente, mas mandou agradecer a presença de todos  
38 e a Anna Flávia está aqui para representar o Ministério.

39 **A SR<sup>a</sup> ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - 1<sup>a</sup> SUPLENTE (Secretária Executiva**  
40 **Adjunta do MMA)** - Bom dia. Nós temos uma pauta bastante interessante e densa.  
41 Acredito que tem bastante resultado aí. Muito obrigada a todos.

42 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Bom, então nós temos aqui a  
43 presença do nosso colega Gustavo Chaves da CGU. Agradeço a sua disposição em estar  
44 aqui conosco. A CGU fez um trabalho muito importante que foi uma auditoria junto ao  
45 Ministério de Minas e Energia. Esse trabalho resultou em uma série de recomendações  
46 e algumas delas destinadas à área ambiental envolvendo o Ministério do Meio Ambiente,  
47 o Ibama, enfim, as vinculadas, relacionadas ao licenciamento. Por conta disso, a gente  
48 achou que seria interessante fazer uma apresentação dessas recomendações porque  
49 elas têm uma série de implicações que envolvem regulação no CONAMA e orientações  
50 para ampliação da transparência e a qualidade das informações que hoje são publicadas  
51 no Portal Nacional do Licenciamento Ambiental. A gente achou que era importante para  
52 ouvir tanto os estados quanto os municípios, para a gente avançar juntos nessa pauta  
53 discutindo. Então, Gustavo vai fazer uma apresentação e em seguida a gente vai falar  
54 um pouquinho sobre os compromissos que o Ministério assumiu perante a CGU e como  
55 a gente está dando encaminhamento a isso. Por favor, Gustavo.

56 **O SR. GUSTAVO CHAVES (CGU)** - Primeiramente, agradeço o convite. É muito  
57 importante a gente poder compartilhar resultados de uma auditoria. Ao final, construir  
58 evidências para uma tomada de decisão ampla. O Marçal comanda aí a tripartite. Vamos  
59 lá que o tempo é curto. Vou passar rapidamente. Acho que para a gente entender um  
60 pouco os achados, é sempre importante entender de onde os achados de auditoria, as  
61 recomendações, entender do porquê, de como eles surgem. Então, vou passar  
62 rapidamente alguns slides. Foi uma avaliação de governança. Estabeleceu o processo

63 de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários. Então, foi feito em cima da  
64 Agência Nacional de Mineração. Eu fiz um recorte em cima do que repercute mais sobre  
65 a atuação da área ambiental e da necessidade de cooperação entre as áreas. O contexto.  
66 Licença ambiental como pré-requisito para exercícios. Os desastres ambientais, todos  
67 nós conhecemos. E a própria Lei 13.575 que traz um papel para a ANM de exercício em  
68 caráter complementar sobre o controle ambiental. Avaliar, então o objetivo da auditoria  
69 era avaliar a atuação da ANM, bem como sua interação com outros órgãos, para que os  
70 empreendimentos de exploração mineral sejam ambientalmente responsáveis e  
71 sustentáveis. E é importante que o olhar, ainda que fosse inicialmente sobre a agência,  
72 ele ficou impossível de não cair sobre uma discussão. E a gente vai ver que as questões  
73 de auditoria que guiam todos os testes nos trouxeram durante o planejamento. Então,  
74 primeira questão. Se a ANM previa na concessão de outorgas, na fase inicial das  
75 outorgas, se ela analisa a compatibilidade da documentação relacionada ao  
76 licenciamento ambiental com título mineral requerido, inclusive quanto à competência ao  
77 órgão ambiental emissor. Então, a gente verificou licenças ambientais compatíveis com  
78 requerimento, análise padronizada ou não, então é um processo mais interno na própria  
79 agência. Monitoramento do andamento dos pedidos de licenciamento ambiental quando  
80 apresentado apenas o protocolo, que a gente tem uma questão que, principalmente  
81 quando há o vencimento, ele apresenta simplesmente... Junto ao órgão ambiental. E aqui  
82 a gente entra em uma área que eu acho que é importante para todos vocês, essa  
83 discussão. A demora às vezes em obtenção ao título é um problema da área ambiental  
84 ou é um problema da área... Aí fica essa bola dividida. E o grande problema que a gente  
85 tem, e a gente tentou focar aqui, é demonstrar que a simetria de informação é um  
86 problema grave. Com repercussões muito sérias e até imagem sobre ambos os setores  
87 e que pode, eu acho que hoje, dentro do que temos de tecnologia disponível, ser resolvido  
88 de forma muito fácil, pelo menos de uma forma muito mais fácil do que há 20, 30 anos.  
89 Por favor. Segundo, a questão da auditoria. Se ela monitora a validade das licenças  
90 ambientais, dos processos minerais por meio de sistemas ou portais, então aqui traz, por  
91 exemplo, uma questão de risco sobre a atividade, exercício da atividade econômica sem  
92 o licenciamento válido. Que foi exatamente olhando o acompanhamento, dados  
93 estruturados que permitiriam esse acompanhamento ser de menor custo e de forma mais  
94 extensiva, bem como a transparência ativa dos órgãos do SISNAMA, por favor. Terceira

95 questão, se a ANM, na fiscalização dos empreendimentos, as questões anteriores pegam  
96 o momento da outorga, do início do processo de concessão. Aqui a gente pega já dentro  
97 do universo de fiscalização. Quando a gente pega o processo de fiscalização que a ANM,  
98 como ela atua em relação a essa agenda complementar, esse papel complementar.  
99 Então, fiscalização ambiental complementadora de fiscalização. Aplicação ou não de  
100 penalidades, a gente procura identificar. Comunicação aos órgãos competentes, tanto  
101 ambientais quanto eventuais outros órgãos de defesa do Estado. Por favor. E a quarta e  
102 última questão, como que ocorre essa articulação entre o agente, a Agência Nacional de  
103 Mineração, com o SISNAMA dentro, para exatamente ter esse processo não só de  
104 cooperação, mas de clareza de papéis e responsabilidades na atuação. Por favor.  
105 Basicamente, a gente teve que dividir o processo, como eu falei, em um universo de  
106 amostra, em um universo para selecionar a amostra da outorga e um outro de  
107 fiscalização. E a gente se limitou aos quatro regimes ali. PLG, concessão de lavra,  
108 licenciamento e registro de extração. Transparência dos dados ambientais, que foi um  
109 ponto importante pela questão da simetria de informação, bem como articulação, que  
110 está muito atinente à quarta questão de auditoria. Por favor. Processo de outorga. Então,  
111 só para nós entendermos como é que foi feito. Dois universos, como eu falei. O primeiro  
112 universo de processo de outorga foi um recorte de 2019 até aquela data. E foram  
113 selecionadas amostras aleatórias, simples, probabilísticas, de 169 processos. E do  
114 processo de fiscalização nós pegamos os que tinham relatórios gerenciais de  
115 fiscalização. A partir de 2016, selecionando 162 processos, dentre os 3.083 processos  
116 de fiscalização pela ANM. Foi feita uma indagação aos órgãos estaduais, então  
117 potencialmente podemos ter até colegas aqui, que eu recebi do ofício da CGU, solicitando  
118 informações, principalmente em relação a transparência e delegação de competência  
119 para eventuais municípios que poderiam emitir essas receitas. Essa indagação também,  
120 ela foi em relação, aí depois da seleção da amostra, como caíram duas APAs, uma APA,  
121 a gente fez exatamente sete órgãos estaduais e dois municipais. Licenças em APA, a  
122 gente vai ter mais de uma. Procedimentos de auditoria adotados. Então foi feita a  
123 amostragem probabilística, para permitir exatamente extrapolação para o universo, em  
124 alguns casos. Raspagem e uso de software de análise forense, quem conhece o  
125 processo da ANM sabe que é um processo documental extenso, então achar documentos  
126 ali não é fácil, então foi feito um uso do IPEA, um software livre, para quem não conhece,

127 desenvolvido pela Polícia Federal, que facilita bastante, indexa e busca documentos.  
128 Análise documental, indagação principalmente escrita e circularização. Por favor. Agora  
129 eu vou passar um pouco os achados principais, eles não estão na ordem, a numeração  
130 aqui é a ordem que vai estar no relatório, e aí acho que é importante abrir aqui, é só que  
131 o relatório ainda não foi publicado, então ele será publicado em breve, está em fase final  
132 de finalização junto ao... Internamente. Primeiro... De auditoria, que se relaciona. Então  
133 quando nós olhamos os títulos, olhando o universo dessas outorgas, a gente tem que  
134 entre 31% a 46% dos processos de outorga, tinham alguma divergência entre a licença  
135 ambiental e o processo de requerimento do título. Então a gente tem um percentual bem  
136 relevante, principalmente ali associados a divergências de limite de produção, área e  
137 localização de substâncias. O que é isso? A substância é material metálico, na licença  
138 ambiental. Material metálico, então assim, precisa trabalhar um pouco, e aí eu acho que  
139 é importante essa compreensão porque precisa mexer um pouco na taxonomia. Uma  
140 padronização de informações para que permita a agência fazer o papel exatamente de  
141 validação, se aquela licença tem relação exatamente com a solicitação de outorga. 57%,  
142 sem informação sobre limite de produção, então a gente observa o que é fruto desse  
143 padrão. Licenças anexadas ao processo e ao respectivo parecer com o condicionante.  
144 [Ininteligível] a gente tem a licença e o parecer, muitos não tinham o parecer, e às vezes  
145 a informação está no parecer e não está na licença. Então é algo que eu entendo que  
146 não é uma questão de um custo adicional, é simplesmente uma padronização, e por isso  
147 a importância do CONAMA trazer um nivelamento para que todos os licenciadores sigam  
148 determinado padrão naquilo que é relevante. E dificuldade para validar informações sobre  
149 a delegação de competência, se colocando do lado da agência, eu recebo uma licença  
150 do município, sei eu ou não sei se é aquilo, e aí isso foi um ponto também de verificação.  
151 Por favor. Processo sem registro de análise da licença ambiental e carência de  
152 padronização, então aí é um processo mais interno, a gente identificou. Tem  
153 recomendações, ordens de serviço que guiam essa padronização, e a gente identificou  
154 também que essa ausência de padronização interna da agência repercute em falhas e,  
155 vamos dizer, inconsistências nas análises. Em momentos distintos entre a entrega da  
156 análise em relação às demais análises, então a gente tem uma entrega que é feita, uma  
157 análise lá, e às vezes demora anos para chegar a licença, e eventualmente até esse  
158 descompasso a análise acaba não sendo comprada. Por favor. Necessidade de

159 aprimoramento no exercício da competência na fiscalização ambiental, então a gente tem  
160 de 70 a 83% com registro de verificação da LA ou algum outro aspecto ambiental, então  
161 a gente observa que tem uma atuação muito menor em outras questões, muito mais  
162 focada na questão de validade, está? E acabou sendo o único instrumento no qual a  
163 gente verifica que a ANM consegue atuar verificando validade da licença, quando ela faz  
164 uma fiscalização in loco. Só que o problema é que o relatório vai trazer essa fiscalização,  
165 depois da pandemia, era da ordem de mil fiscalizações por ano, ela caiu para cerca de  
166 500 a 700, então assim, ainda se permanece muito aquém dentro da dimensão quando  
167 a gente fala da atividade minerária no país. Não vou passar aqui todos os detalhes, senão  
168 a gente vai acabar não cumprindo, vou pular um pouco. Baixa aderência, aderência em  
169 implementação de diretivas, então padronização interna, não é? E entendimento não  
170 institucionalizado de quais os limites da sua competência, e por isso a necessidade de  
171 conversa, cooperação entre a agência reguladora e os órgãos ambientais, e aí eu acho  
172 que o papel forte aí do CONAMA, SISNAMA para exatamente ter essa compreensão,  
173 principalmente, quando eu identifico qual é o meu limite, quem eu comunico, não é? Eu  
174 acho que é um ponto importante. Por favor. Então, recomendação Ibama, não é? Em  
175 articulação com a ANM e o MMA, que elabora proposta de resolução a ser apresentada  
176 ao CONAMA, dispondo sobre requisitos, padronização e critérios mínimos das licenças  
177 voltadas ao setor minerário. Então foi uma das recomendações do trabalho. E aqui é  
178 importante, pode ser que isso tenha repercussões em outros setores, mas o trabalho ele  
179 focou no setor minerário. Esse outro achado, deficiência nos controles e monitoramento  
180 sobre os pedidos de licenciamento, e aqui é importante, que a gente tem 8% dos  
181 processos sem licença ambiental, nem protocolo de solicitação estar identificada na fase  
182 de requerimento. Em seis não houve emissão de exigência. Então, durante a fiscalização  
183 a gente verificou essa falha de que não tinha. 9% não houve exigência sobre informações  
184 do andamento do requerimento. Porque passam-se anos, e lá embaixo, é importante  
185 aquele quadro que traz um quantitativo ali de requerimento de lavra até 3 anos, isso aqui  
186 foi uma análise do processo, está? Não quer dizer que isso não esteja andando ou não  
187 tenha havido lavra ambiental, só que como não há comunicação dentro da agência, fica  
188 essa falha, essa simetria de informação. Então, a gente identificou ali, ao final, o uso,  
189 claro e indevido de uma exploração econômica do subsolo, da riqueza, que poderia estar  
190 gerando benefícios para o município. E que não está ocorrendo, por quê? Ninguém sabe.

191 A informação não se comunica entre o órgão ambiental e o órgão regulador. Recomendo-  
192 se à ANM implementar projetos de melhoria, eu mantive aqui, embora seja para a ANM,  
193 de comunicação de dados com as secretarias de meio ambiente, que permitam com  
194 maior facilidade a integração de dados, não é? Utilizando meios como [ininteligível]  
195 funcionalidade que permitam maior usabilidade pelas partes interessadas, dentre outras  
196 melhorias que fomentem sua utilização para o setor. A equipe de auditoria tem muitas  
197 dificuldades, está? A gente traz no relatório... A gente não traz essas licenças, porque às  
198 vezes a gente não tinha no processo e a gente ia tentar verificar se ela existia e não tem.  
199 E aí foi um ponto até que a gente discutiu com o MMA. A licença lá, às vezes, no órgão  
200 ambiental, ela tem um CNPJ, só que um CNPJ de empresa, às vezes, tem dezenas,  
201 centenas de licenças. Você não consegue atrelar aquilo à atividade econômica, social.  
202 Então, você não consegue ter uma relação e uma busca que seja funcional. Mais uma  
203 [ininteligível], inexistência de monitoramentos institucionalizados e periódicos do da  
204 Validade das Licenças, então a gente teve dentro do universo de outorgas entre 26% e  
205 41% tinham licenças vencidas, está? Quando a gente fez a análise, não constava uma  
206 licença nova. Em relação ali, a gente tem três fontes de informação que nós utilizamos,  
207 que são sistemas internos da ANM, que é o SEI, não é? Um sistema que tem toda a  
208 documentação. O RAL, que é o relatório anual, que tem um campo para eventual  
209 preenchimento da licença de validade, mas não é mandatório, não é obrigatório. Então,  
210 muitas das vezes, é em branco. Então a gente foi tentando, de todas as formas, verificar  
211 se aquela informação, dentro da agência, ela existia em algum lugar, ainda que ela não  
212 fosse fácil do ponto de vista de utilização gerencial, não é? E processo de fiscalização,  
213 índice 56%, 71%, com licença vencida. Então, é importante a gente compreender que  
214 esses percentuais são em relação às informações redigidas pela ANM, está? Não quer  
215 dizer que essa licença não esteja válida lá no órgão ambiental e que a ANM simplesmente  
216 não a tenha e, por isso, não tem como afirmar que ela está. Poucas vitórias in loco,  
217 como eu já tinha adiantado, [ininteligível] sistemas com informações sobre as licenças.  
218 Por favor. Dificuldade de obter e validar informações das licenças junto aos órgãos do  
219 SISNAMA, então nós trouxemos ali os percentuais, não é? Nós juntamos ali, processo  
220 de outorga, entre 45 a 60% de transparência ativa, foi o que nós conseguimos identificar  
221 [ininteligível] 57 e 72, em relação ao universo de processo de fiscalização. Então, mais  
222 ou menos aí no máximo ele tem, pelo menos, um terço, eu diria, não é? Licenças que a

223 gente não conseguiu buscar transparência ativa e, ali, os percentuais, quer seja para o  
224 Estado, município. E, olhando o PNLA, aí, os outros três ali, a gente faz só no nível de  
225 amostra, não foi uma amostra retirada de cada uma, então... Não dá para extrapolar,  
226 mas, em cima da amostra, os percentuais. Dificuldade de localizar os portais,  
227 transparência, não é? As 27 secretarias instadas por meio de ofício, 20 responderam. 17  
228 tem portais, 7 cujo módulo dificulta, como eu falei, a busca dessa informação [ininteligível]  
229 não há um padrão de aplicação dessa transparência ativa que facilite. 11 confirmaram  
230 delegação e 4, na verdade, divulgam essa delegação. Então, na verdade, traria uma  
231 dificuldade para o agente regulador de verificar se o emissor daquela licença é o agente  
232 competente da emissão dessa licença. Então a prática, ratificação e validação das  
233 informações... Até pela dificuldade que a própria equipe se deparou com isso. Nós  
234 tivemos respostas, por exemplo, dos ofícios que demoraram mais de um ano para chegar  
235 em relação a essa informação. Se tinha um portal. Então, imagina isso em um fluxo de  
236 processo de espera e a agência reguladora. Não tem como ser feito. Isso não vai  
237 funcionar. Então, precisa realmente haver uma cooperação, uma buscar de um padrão.  
238 Recomenda-se ao Ibama, não é? Padrão de transparência ativa sendo observado pelos  
239 órgãos e entidades do SISNAMA, os três níveis de governo. Tentar trazer obrigatoriedade  
240 de publicação das licenças e autorizações ambientais ou de informações que sejam  
241 relevantes, não é? A gente sabe que tem uma discussão, do ponto de vista até  
242 da conformidade da LGPD, não é? De tratamento das informações da própria licença,  
243 mas que são relevantes para o órgão regulador, para que ele possa validar se realmente  
244 aquela licença está associada àquela atividade econômica pretendida pelo investidor.  
245 Publicado pelo PNLA, a gente trouxe aqui, porque o PNLA hoje, ainda que ele venha,  
246 tenha tido uma grande perda de continuidade, ele acaba sendo um repositório hoje, tendo  
247 um padrão voltado para estados que poderia eventualmente ser aprimorado e até tem  
248 uma recomendação. Por favor, a próxima. Que é exatamente um plano de ação de  
249 aprimoramento do portal, trazendo clareza ali de papéis, melhorias com agendas que  
250 permitam essa interação com outros sistemas e facilite. Eu acho que hoje a gente tem  
251 tecnologia de informação de facilidade. É muito fácil da gente fazer isso daí, desempenho  
252 estruturado e conversado entre os diversos agentes. Por favor. Bem, seria isso. Tentei  
253 passar muito rapidamente, está? Só um extrato do que será o relatório. Mas a gente

254 espera, em breve, a gente comunica de certo, o MRE que pode dar comunicação a todos  
255 aí quando o relatório estiver publicado. Um forte agradecimento.

256 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
257 Obrigado, Mauro. Excelente. Os dados [ininteligível] receptores. Precisamos realmente  
258 melhorar. E eu acho que isso é uma convivência muito tranquila e muito harmônica que  
259 nós podemos fazer com a ABEMA, não é, Mauren? Hoje com o Taveira e com a Andréia.  
260 Para a disposição da CGU, para que a gente possa intensificar essa parceria. Gostaria,  
261 se você pudesse ficar, nós vamos fazer duas apresentações que você pode levar como  
262 sugestão para a CGU também. Tanto nas questões dos CNPJs, como nas questões do  
263 licenciamento, onde já está funcionando nessas questões nos municípios, está? Vou  
264 passar a palavra para o Rodrigo Agostinho.

265 **O SR. RODRIGO ANTONIO AGOSTINHO MENDONÇA – TITULAR (Presidente do**  
266 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama)**  
267 - Bom dia. Bom dia a todos. Eu queria fazer só alguns breves comentários. Antes de mais  
268 nada, cumprimentar a CGU pela iniciativa. Em 2011, quando foi publicada a Lei  
269 Complementar 140, a maior parte da atividade minerária acabou saindo do Ibama e ficou  
270 com os Estados. Hoje, no caso específico do Ibama, sobrou mineração *offshore*,  
271 basicamente óleo e gás. Está começando e está crescendo rapidamente mineração de  
272 fundo do mar. Já estamos com 22 projetos de mineração do fundo do mar, notadamente  
273 para calcário. Isso em processo de licenciamento. Ficou com o Ibama mineração ligada  
274 a material nuclear, notadamente urânio. Mas agora, quando a gente tem situação de  
275 terras raras, quando elas estão conectadas com algum outro material radioativo, também  
276 acaba sobrando para a gente. Unidades de conservação, como é o caso da FLONA de  
277 Carajás. Nesse caso, Unidade de Conservação Federal. E algumas outras situações  
278 muito extraordinárias, como, por exemplo, um porto de areia dentro de um rio federal. A  
279 maior parte dessa mineração hoje está na mão dos Estados. A gente celebrou quando o  
280 extinto Departamento Nacional de Produção Mineral se transformou em agência  
281 regulatória. Mas o que a gente percebe é que a agência não foi dotada da estrutura  
282 necessária para dar conta disso. A agência não tem quadro de servidores suficiente. Não  
283 tem estrutura. E isso, muitas vezes, acaba resultando que demandas que deveriam estar  
284 sendo resolvidas pela agência reguladora acabam sendo resolvidas pelos órgãos

285 ambientais. Notadamente, hoje, órgãos estaduais. Tem uma agência nacional de  
286 produção minerária, mas quem acaba licenciando o dia a dia, a rotina, acabam sendo os  
287 órgãos estaduais. E, de fato, a gente precisa melhorar muito. Eu não acho que vai ser só  
288 uma resolução do CONAMA. Eu acho que a gente vai ter que, obviamente, avançar em  
289 procedimentos, avançar no diálogo. O diálogo hoje é muito ruim. Mas não é um diálogo  
290 ruim porque é um diálogo belicoso. Não, longe disso. Na verdade, é pela ausência de  
291 canais adequados de diálogo entre quem faz esse trabalho de autorização minerária e  
292 os órgãos licenciadores. Esse diálogo simplesmente não existe. Então, eu acho que é  
293 muito importante que a gente consiga avançar nisso. Acho que vai ser bastante  
294 desafiador a construção de um texto em relação a isso. Mas eu acho que a gente vai  
295 precisar ir além. O ano passado, nós organizamos algumas operações de fiscalização. E  
296 aí, não falando de licenciamento propriamente dito, mas o Ibama realizou algumas  
297 fiscalizações para avaliar o que estava sendo executado em atividades minerárias  
298 licenciadas. E a gente detectou muitas falhas. E algumas falhas que talvez não seriam  
299 nem do órgão ambiental esse tipo de fiscalização. Por exemplo, a gente encontrou,  
300 obviamente, pessoas minerando exatamente aquilo que havia sido licenciado, pessoas  
301 minerando áreas muito maiores do que havia sido licenciado. E, inclusive, encontramos  
302 situações onde não havia nenhuma mineração, a empresa estava pagando impostos  
303 sobre a atividade minerária, mas nenhuma atividade minerária. Ou seja, um flagrante  
304 possível fraude, onde a situação ali, o que a gente percebia era esquentando minérios  
305 extraídos ilegalmente de outras áreas naquele local. Então, assim, eu acho muito  
306 importante que esse trabalho tenha sido feito pela CGU e, obviamente, vai ficar para nós,  
307 o governo federal e a ABEMA, notadamente. Muita pouca coisa acaba ficando para os  
308 municípios em relação a essa tipologia, mas, da nossa parte, a gente está à disposição  
309 para poder ajudar a melhorar isso, está bom? Obrigado.

310 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
311 Obrigado, Rodrigo. Isso é muito importante, essa condição, porque os municípios  
312 normalmente, quando chega lá o cara com a lavra, com esses pontos aqui e tal...  
313 Normalmente é assim quando os estados não delegam. Mas quero passar a palavra para  
314 a Mauren, por favor.

315 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA)** – Bom, bom dia a  
316 todos. Quero primeiro cumprimentar o nosso presidente Marçal, sempre muito generoso  
317 comigo. Se eu for deputada, vou dever isso a você, Marçal, porque você sabe que jamais  
318 passou pela minha cabeça. Mas agora ele tanto está falando que eu já estou começando  
319 até a pensar no assunto. Brincadeiras à parte, bom dia a todos. Gustavo, quero  
320 parabenizar pela apresentação, porque é muito didática e esclarecedora. E faço minhas  
321 as palavras do presidente Rodrigo. De fato, hoje está a cargo dos estados o licenciamento  
322 ambiental e boa parte desses problemas que acabam vinculados ao licenciamento, eles  
323 decorrem dessa interlocução difícil com o órgão regulador, nesse caso a ANM. E  
324 inevitavelmente isso também tem vínculo com a ilegalidade. Talvez mais preocupante até  
325 do que a atividade do licenciamento e a melhoria, que é claro, nosso maior desafio hoje  
326 é não ter condições sequer de regularizar muitas atividades, porque elas dependem do  
327 órgão regulador. E também vinculada à atividade da mineração, tem parte das medidas  
328 de segurança, principalmente quando tem barramento, que são vinculadas à ANM. Ainda  
329 quando os estados conseguem estabelecer acordos de cooperação com a agência, há  
330 dificuldade por parte deles de cumprir a missão em função do seu quadro reduzido. Não  
331 é segredo que está aqui entre as nossas pautas prioritárias, fortalecer o licenciamento, o  
332 portal nacional, isso passa pela estratégia da tripartite de prover mecanismos mais  
333 eficientes para o licenciamento como um todo, não é diferente da atividade de mineração,  
334 com exceção dessa especificidade em relação à atividade, que eu tenho um vínculo  
335 diferenciado com o perímetro da atividade licenciada, o vínculo dela com a autorização  
336 da ANM, o perímetro, o tamanho, enfim, que isso é específico, mas, no geral, ele retorna  
337 para a nossa agenda prioritária da tripartite, que é melhorar os mecanismos, de um modo  
338 geral, do controle do licenciamento. Eu concordo com o presidente Rodrigo, não é só  
339 uma minuta de resolução que vai resolver o problema. Talvez a gente tenha que discutir  
340 com um pouco mais de profundidade, com o órgão regulador, regras procedimentais. Isso  
341 eu falo pelo estado de Mato Grosso, mas temos, entre os estados, diversas dúvidas  
342 procedimentais de como estabelecer o tempo das coisas. É uma pergunta redundante,  
343 mas, inevitavelmente, ela acontece nos processos. O que vem primeiro? A autorização  
344 do órgão regulador ou a licença ambiental? Isso é algo que acontece. Essa pergunta não  
345 está esclarecida na norma, é extremamente relevante que esteja. Existem pontos de  
346 conflitos bastante expressivos e tem que haver uma diferenciação em relação ao tipo de

347 exploração, porque nós temos um procedimento muito rígido e engessado até para  
348 minérios mais simples, como nós estamos falando de logística, como é o cascalho. Em  
349 alguns casos, eu acho que talvez seja o licenciamento que hoje é delegado aos  
350 municípios, que é efetivamente para o transporte, para a logística, no país como um todo.  
351 Mas isso é só para contribuir com os estados. Eles estão absolutamente abertos. Acho  
352 que o relatório poderia sugerir que tenha um trabalho preliminar para isso, de discutir as  
353 regras dos procedimentos e até avaliar se só uma resolução vai suprir as ausências  
354 normativas que existem, inclusive na lei que trata da mineração. E nós temos uma  
355 limitação para legislar. Se em determinado momento, na legislação que trata do  
356 licenciamento, isso gerar a impressão de que nós estamos legislando sobre mineração,  
357 a competência acaba se esvaziando. Falei bastante, mas são contribuições relevantes  
358 para a discussão do tema.

359 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
360 Maravilha. Parabéns. Como sempre, contundente com respostas ao tema. Por favor,  
361 Gustavo.

362 **O SR. GUSTAVO CHAVES (CGU) -** É só complementar, agradeço. Acho que a fala está  
363 alinhada como produto, com o relatório. Como falei, fiz um recorte. Tem recomendações,  
364 inclusive tem um ACT que nós tentamos até trazer em andamento, não com órgãos  
365 estaduais, mas com os federais, o Ibama, o governo, e tem objetos ali bem associados à  
366 discussão. Então, o que nós fizemos naquela quarta questão, a gente verificou, na  
367 verdade, dez anos de ACTs, cooperações existentes dentro da ANM com órgãos,  
368 tentando enxergar, temos questões estruturantes ou temos questões menores? O que se  
369 chegou à conclusão que era isso, que grande parte dessas... Desses instrumentos eram  
370 utilizadas para coisas menores e não questões estruturantes, lacunas regulatórias que  
371 precisam ser redigidas, até mesmo arestas de entendimento, a gente traz no relatório  
372 questões de arestas de entendimento entre a área ambiental e o setor minerário, que  
373 precisam sentar e realmente pacificar um entendimento que não dá para realmente a  
374 gente ter essa de extrema relevância econômica para o país, para os estados e  
375 municípios, do ponto de vista com fragilidade que expõe a riscos que a gente sabe que o  
376 passado recente nos mostra o quão danoso, o impacto, vamos dizer, assim, alto, em  
377 grande parte. Então, eu acho que, quando o relatório estiver, e prometo aqui,

378 eventualmente, se houver também alguma necessidade, alguma discussão, fazer a  
379 apresentação até do relatório de forma mais ampla e não só recorte, que eu fiz aqui um  
380 pouco, que era mais em cima das recomendações. Obrigado.

381 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
382 Obrigado, Gustavo. Passar para o Thomaz online. Bom dia, Thomaz. Um prazer recebê-  
383 lo, amigo querido.

384 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
385 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) -** Bom dia, Marçal. Todos os colegas  
386 da comissão tripartite. Trazer só uma observação em relação a esse tema. Acho que o  
387 trabalho da CGU foi direcionado para os órgãos federais, para o Ibama e para a ANM.  
388 Não é direcionado aos estados, embora tenha, de certa forma, uma avaliação dos  
389 procedimentos adotados pelos estados. A recomendação da CGU é voltada para o Ibama  
390 e para a ANM, então, para os órgãos federais. Então, acho que, assim, aqui, para a pauta  
391 da tripartite, seria importante o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, os representantes  
392 da União, trazerem um encaminhamento para a gente, uma proposta de  
393 encaminhamento a partir da recomendação da CGU, para a gente não ter só uma  
394 discussão em aberto aqui do trabalho que eu não conheço também, não sei. Eu não tive  
395 contato com esse trabalho de inventário de processo que a CGU fez, mas para que o  
396 Ministério e o Ibama liderem um trabalho de discussão com os estados, de conhecimento,  
397 realmente, dos procedimentos dos estados, ou, que se for, esse trabalho, se ele for feito  
398 na via ambiental, então, que o Ibama ou o Ministério liderem isso, pela União, ou, caso a  
399 ANM, porque a gente não teve a presença da ANM aqui para ver como é que ela está  
400 pensando em proceder com as recomendações feitas pela CGU, então, que a ANM puxe  
401 essas discussões com a gente. Mas, claro, que a ANM não faz parte aqui da tripartite, a  
402 gente está só entre os órgãos ambientais, então, assim, o direcionamento seria para o  
403 Ministério e para o Ibama para a gente ter o encaminhamento, senão os estados não vão  
404 ter como contribuir.

405 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
406 Thomaz, relevante, muito bem, valeu a sua intervenção, vou passar aqui para a Marcela  
407 e depois para a Cláudia.

408 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Obrigada, presidente. Thomaz,  
409 justamente, a proposta inicial da pauta era essa, a gente poder ter essa apresentação e  
410 falar um pouquinho sobre os compromissos que o Ministério assumiu com a CGU. Nós  
411 achamos importante trazer essa pauta para a tripartite porque ela dialoga com o trabalho  
412 em especial dos estados e, entre as recomendações, nós temos temas de regulação que  
413 competem ao CONAMA e que vão ter impacto sobre os estados. Então, até para que os  
414 estados e os municípios possam entender de onde está surgindo, esse encaminhamento  
415 relativo a uma proposta de regulação sobre o tema, no que cabe regulação, a gente  
416 achou importante trazer essa conversa primeiro para a tripartite. Então, entre os  
417 encaminhamentos, e aí foi importante, eu acho que a fala do Rodrigo e da Mauren,  
418 porque surge um novo encaminhamento, mas a gente tem a questão de verificar se tem  
419 aspectos específicos do licenciamento de mineração que precisam ser tratados com  
420 relação à transparência de informações, especialmente. Mas, certamente, entre as  
421 sugestões, surgem questões que não são específicas da mineração, são medidas que  
422 precisam ser adotadas relacionadas à transparência do licenciamento como um todo. E  
423 esse era um desafio que a gente já vinha no DSISNAMA discutindo, porque a própria  
424 gestão do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental hoje encontra-se no DSISNAMA.  
425 Então, a gente está propondo uma resolução que trate da regulação do Portal Nacional  
426 do Licenciamento, das informações que devem constar lá. E, para que isso aconteça, a  
427 gente já tem uma minuta, mas a gente quer fazer, antes de propor ao CONAMA, uma  
428 rodada de conversas, até porque a gente sabe que a primeira minuta ela um pouco já  
429 pauta como vai ser a conversa dentro do conselho. Então, a gente vai fazer uma rodada  
430 de conversas com os atores que são impactados por essa resolução, antes de propor  
431 formalmente no Conselho. Foi esse o compromisso que a gente assumiu com a CGU e  
432 a gente tem um compromisso de, em menos de 60 dias, porque já começou a contar,  
433 apresentar a primeira minuta ao CONAMA para ser debatida no conselho. A outra  
434 questão diz respeito a mudanças e melhorias no próprio Portal Nacional do  
435 Licenciamento Ambiental com relação à parte tecnológica. E a gente está discutindo isso  
436 com a nossa CGTI, inclusive um aprimoramento que vai ter relação com a... Porque a  
437 própria resolução vai ter impactos tecnológicos. Então, a gente precisa começar a discutir  
438 como isso pode se dar, tanto com a nossa CGTI, quanto com as TIs dos estados e dos  
439 municípios. A ideia é ampliar o portal para os municípios que hoje fazem licenciamento,

440 para que a gente possa publicar também as informações municipais. E o Ibama, junto  
441 com o departamento que trata de impacto ambiental, estar verificando as questões  
442 específicas com relação às informações do licenciamento mineral que são publicadas  
443 para que a gente possa trabalhar em cima das lacunas. Uma das propostas que eu faço,  
444 então, como encaminhamento, e eu não sei se atende, é que a gente faça uma reunião  
445 com ABEMA, ANAMMA, ANM, Ibama e Ministério do Meio Ambiente com a CGU, para  
446 que a gente possa levantar esses aspectos que não dizem respeito apenas ao  
447 licenciamento, que podem ser dúvidas, para que a gente sistematize essas informações  
448 que surgiram aqui, e aí o Ministério do Meio Ambiente então se compromete a chamar  
449 essa reunião em um futuro próximo, em breve, para que a gente possa dar esses  
450 encaminhamentos resolutivos, para que a gente discuta o que realmente são os gargalos  
451 que precisam ser sanados. Então, é isso. Nós vamos agendar reuniões agora com vocês,  
452 com a ABEMA, com a ANAMMA, para discutir essa minuta do portal... Da regulação do  
453 Portal Nacional do Licenciamento Ambiental. Lembrando que a própria lei, independente  
454 dos caminhos que ela vem a ter, ela previa já, e não concentra os vetos, a questão da  
455 publicação das informações em um subsistema do Sistema Nacional do Licenciamento  
456 Ambiental, que nós identificamos já com o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.  
457 Então, é uma forma da gente já avançar também no cumprimento da lei geral do  
458 Licenciamento Ambiental. E, por fim, o que eu gostaria de dizer é fazer um link, que nós  
459 teremos hoje também a apresentação do Ariel Pares, nosso diretor do DGE. Eu acredito  
460 que a questão de transparência de informações é um tema muito relevante para a  
461 tripartite, que a gente se comprometeu na nossa primeira reunião que a gente levantou  
462 lá os temas nos quais a gente pode avançar. Nós queremos muito avançar como  
463 DSISNAMA e DGE nessa articulação com os estados em especial em especial, mas  
464 também com os municípios que já têm sistemas de informação para que a gente possa  
465 ter mais parâmetros de transparência, maior integração entre o sistema, maior  
466 interoperabilidade entre os sistemas. E eu acho que a gente tem que começar a avançar  
467 nessa frente aqui na tripartite. É uma contribuição concreta e importante que a gente  
468 pode ter. Então, em seguida, o Ariel também vai falar um pouquinho sobre como a gente  
469 está avançando no Sistema Nacional de Informações Ambientais, buscando trazer isso  
470 agora para contribuições concretas em termos de transparência ativa.

471 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Agora,  
472 valeu, Marcela. Vamos fazer esse encaminhamento. Agora vou passar para a Cláudia  
473 fazer suas considerações e pedir mais uma brevidade porque a agenda está extensa.

474 **A SR<sup>a</sup> CLÁUDIA JEANNE** - Obrigada, presidente Marçal. Bom dia a todos e a todas. Eu  
475 vou ser breve, prometo. Mas eu queria dar um passo atrás. Primeiro, eu queria dar  
476 parabéns para a CGU pelo trabalho. Mas eu vou dar um passo atrás que a Mauren quase  
477 deu. Eu acho que deu. Que é o seguinte, uma coisa é o licenciamento. Quando o  
478 empreendimento chega no licenciamento, uma série de ações deveriam ter sido feitas  
479 anteriormente. Algumas são feitas, outras não. E a gente está falando de regulação.  
480 Então, veja, transparência no licenciamento, o processo de licenciamento, isso é básico.  
481 Transparência das licenças, idem. Padronização das licenças também. O que eu acho, a  
482 preocupação anterior, e eu sei que a sua análise está um pouco nesse caminho, é a  
483 regulação do setor. Então, veja, só para vocês terem uma ideia, hoje a gente tem  
484 processos de licenciamento no Ibama de guia de pesquisa. Com mais de um milhão de  
485 toneladas permitido no guia de pesquisa. Então, isso não é licenciamento que vai dar  
486 conta. Porque isso exige um trabalho, uma análise técnica aprofundada quando a gente  
487 deveria estar discutindo algumas coisas previamente. Então, só queria dizer isso que a  
488 Mauren falou de regulação. E eu sempre digo, Dr. Gustavo, a gente é fruto da regulação.  
489 Setor de infraestrutura bem regulado, licenciamento célere. Setor de infraestrutura mal  
490 regulado, trágico. Então, a gente paga toda a conta de uma falta de planejamento.

491 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Bom,  
492 gostaria de agradecer ao Gustavo pela CGU, pelo trabalho, pela palestra excelente. Dar  
493 esse encaminhamento da Marcela para que a gente possa, em um breve espaço de  
494 tempo, fazer reuniões separadas pelo DSISNAMA. Dando encaminhamento para essa  
495 nova resolução e tendo cuidado que a agência que é o regulador dessas ações, para nós  
496 não entrarmos na competência da agência para que a gente possa fazer em uma  
497 moderação dentro de um contexto que possa chegar a bom termo para todos. Então,  
498 muito obrigado à sua presença. Dando sequência, nós vamos agora passar a palavra ao  
499 presidente Rodrigo Agostinho que nós vamos fazer uma breve análise dos vetos da  
500 medida provisória. Está, vou passar para a Marcela para ela fazer a introdução.

501 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Muito bem. Bom, nós colocamos  
502 como ponto de pauta a discussão sobre a lei geral do licenciamento ambiental, os vetos,  
503 o novo projeto de lei que foi enviado pelo presidente da República e a medida provisória.  
504 Primeiro, a gente tem que saudar o acordo que foi possível antes da votação, acho que  
505 foi um processo muito importante de chegar a pontos de consenso com relação ao  
506 processo de licenciamento. Isso foi um momento de a gente sentar juntos, discutir, pensar  
507 onde haviam convergências. E, nesse sentido, a gente achou importante dar  
508 continuidade, nesse momento, ao debate após a votação e os vetos trazidos pela  
509 presidência da República. Desde o início, na última tripartite, inclusive, a gente discutiu  
510 isso, a gente falou sobre a questão do poder dos vetos ser uma atribuição, uma  
511 competência do presidente da República. Então, isso estava bem claro. E nós buscamos  
512 pensar se havia possibilidade de convergências neste momento com relação ao papel do  
513 Congresso Nacional de manutenção ou não desses vetos. Então, nós pedimos os  
514 posicionamentos das três esferas. Conversamos com a ANAMMA, com a ABEMA e com  
515 o Governo Federal. E eu acho que caberia aqui a gente falar um pouquinho sobre isso.  
516 O que ficou claro é que nós temos posições diferentes, que vai ser difícil avançar em um  
517 posicionamento comum, mas esse comum espaço de compartilhar informações e de nós  
518 avançarmos juntos, nesse sentido, caberia aqui saber se existe algum registro com  
519 relação aos três entes federativos com relação a isso. Até para estarmos na mesma  
520 página com relação a esses posicionamentos. A ABEMA compartilhou um  
521 posicionamento, talvez a Mauren poderia falar um pouquinho sobre isso. É um  
522 posicionamento bastante diferente do do Ministério do Meio Ambiente e caberia também  
523 a ANAMMA trazer a sua posição. Eu acho que a gente não precisa tentar avançar em  
524 convergência, seria uma fala breve para que a gente possa seguir respeitando as  
525 diferenças.

526 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Está,  
527 vou primeiro passar para o Rodrigo, depois para a Mauren, para que a gente possa fazer  
528 essa breve análise. As divergências vão existir, existiu lá na Câmara e vamos sair daqui  
529 sabendo com os pontos de cada um de que vamos cada um trabalhar para que sejam  
530 mantidos os vetos e a ABEMA trabalhar para derrubar os vetos. Essa é uma questão de  
531 pontos, tem pontos que vamos convergir, vão ter pontos que vai ter divergência mesmo

532 e vai ser na votação, é a democracia, quem tiver maioria sempre vai vencer. Então, passo  
533 a palavra para o Rodrigo Agostinho.

534 **O SR. RODRIGO ANTONIO AGOSTINHO MENDONÇA – TITULAR (Presidente do**  
535 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**  
536 **IBAMA)** - Bem, presidente Marçal, eu não vou fazer uma análise aqui individualizada dos  
537 vetos, até porque isso demandaria tempo e a pauta está bem extensa, eu quero só fazer  
538 alguns breves comentários, a tramitação desse projeto, se a gente olhar ele desde o  
539 começo até o resultado final, foi uma tramitação bastante tumultuada, eu particularmente  
540 trabalhei em vários e diferentes momentos nesse texto, inclusive como deputado federal,  
541 enfim, participei e acompanhei a última votação, inclusive direto lá do plenário, foram 19  
542 horas de votação, foi algo bastante tumultuado, acho que todo mundo quer sempre o  
543 melhor e obviamente que a gente aqui vai buscar o melhor no caso específico da questão  
544 ambiental, de que obviamente o processo de licenciamento ambiental possa resultar em  
545 um licenciamento com eficiência, que a gente consiga, que as licenças sejam emitidas  
546 apenas para aquilo que tem viabilidade ambiental e que ao longo do licenciamento a  
547 gente melhore os projetos. Ao longo do tempo, também obviamente foi muito tumultuada  
548 as transferências e delegações, enfim, muitos estados assumiram o licenciamento na  
549 época sem ter as estruturas adequadas, muitos estados até hoje não tem estrutura  
550 adequada, isso vale também para o Ibama, hoje o Ibama está com 4 mil processos de  
551 licenciamento e 200 servidores, algo em torno de 200 servidores, então, obviamente que  
552 muito do que é colocado sobre uma ineficácia do problema do licenciamento ambiental  
553 está ligado diretamente, primeiro, à estrutura que os órgãos têm para fazer licenciamento  
554 e em segundo lugar, obviamente, a um problema estrutural do Brasil, que é a falta de  
555 bons projetos, de bons estudos, a baixa qualidade dos estudos e projetos. Não tenho  
556 dúvida que tem um espaço para a gente melhorar do ponto de vista regulatório, me  
557 assustou muito durante a tramitação mais recente, Marçal, ouvir das pessoas dizendo  
558 que o PL era necessário porque as resoluções do CONAMA, o CONAMA não estava se  
559 debruçando sobre o tema, quando a gente percebe que os textos das resoluções do  
560 CONAMA, mesmo da 237, da 1 de 86, ainda são textos muito atuais, não tenho dúvida  
561 que tem espaço para melhorar, vou dar um exemplo de uma resolução que acho que a  
562 gente precisava avançar, é a resolução que trata sobre as audiências públicas, esse é  
563 um tema que precisa ser modernizado com urgência, agora, temos aí um espaço para

564 trabalhar, do ponto de vista fático agora, a gente tem uma lei nova de licenciamento, a lei  
565 15.190 de 2025, essa lei, a gente vai precisar trabalhar a regulamentação dela e eu acho  
566 que a tripartite vai ter um papel importantíssimo, porque a gente vai ter que discutir muito  
567 com os estados e municípios, exatamente até onde a gente pode ir, não é discutir  
568 competências, acho que é importante a gente deixar claro isso, porque era algo  
569 recorrente durante a discussão do projeto, mas a gente vai ter que discutir a  
570 regulamentação, a gente vai ter que discutir os instrumentos que serão aplicados, os  
571 procedimentos, enfim, tudo isso. Do âmbito interno do Ibama, a gente está com uma  
572 minuta pronta de um novo regulamento do licenciamento ambiental federal, que a gente  
573 também vai precisar, obviamente, fazer ajuste dependendo da redação final que ficar,  
574 porque após uma ampla análise pelos setores jurídicos aqui do Ministério, do Ibama, da  
575 própria AGU, foi levado ao presidente, o presidente fez 63 vetos nesse texto e esses  
576 vetos serão, em alguma oportunidade, discutidos. Sabe que o Congresso tem se reunido  
577 de quatro ou seis meses, aí demoraram até seis meses para discutir vetos. A gente tem  
578 uma medida provisória que até ontem já tinha recebido quase 900 emendas, uma medida  
579 provisória tratando sobre a licença ambiental especial. Temos um novo projeto de lei  
580 tramitando sobre isso. Então, o que é muito importante é que eu acho a gente, como  
581 tripartite, talvez formar um grupo para estar discutindo isso de forma mais permanente,  
582 sabe? Não é algo que eu acho que a gente vai ter que... Se a gente for discutir esse tema  
583 apenas durante as comissões tripartites, a gente não vai conseguir avançar. E a gente  
584 vai ter que ter uma pactuação entre a gente, entre o governo federal e os estados e  
585 municípios. Não tenho dúvida que a gente não vai ter acordo em tudo, não tenho dúvida,  
586 mas é da democracia, enfim, é do processo democrático, tem estados fazendo muitas  
587 inovações no licenciamento que a gente precisa entender de forma muito objetiva o que  
588 tem dado certo e o que não tem dado certo, enfim. E esse é um olhar que eu acho que a  
589 gente precisa ter. A gente precisa exercitar essa capacidade de diálogo e talvez a  
590 tripartite possa ajudar nisso. Como eu disse, eu não vou aqui ficar tratando de veto por  
591 veto, os vetos estão colocados, estão colocados em cima da mesa. A medida provisória,  
592 ela pede a validade de 120 dias e a lei que foi aprovada tem um *vacatio legis* de 180 dias.  
593 Então, sem dúvida, a gente tem esses seis meses aí para trabalhar, os seis meses até  
594 que ela entre em vigor. O 120 da própria medida provisória que trata especificamente de  
595 uma única licença que é a possibilidade do chefe do executivo priorizar algumas licenças,

596 algo que já acontece com muita naturalidade em todo lugar. As licenças não são por  
597 ordem de chegada, normalmente é por ordem de relevância, enfim, ordem de  
598 amadurecimento dos processos. E, por final, obviamente, a gente discutir a uma  
599 regulamentação, porque eu acho que a gente tem um papel nisso e regulamentar o  
600 licenciamento ambiental, tanto do ponto de vista de um possível decreto do executivo  
601 nacional, quanto de novas resoluções do CONAMA. Então, eu acho que a gente tem  
602 essa tarefa e, como eu disse, o Ibama se coloca à disposição para a gente fazer esse  
603 exercício, está bom? Obrigado.

604 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
605 Obrigado, Rodrigo. Passar para a Mauren, agora, para ouvir a posição da ABEMA.

606 **A SR<sup>a</sup> MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) -** A posição da  
607 ABEMA não é diferente do Rodrigo, no sentido de que o espaço aqui, acho que não  
608 convém, não seria saudável, não seria produtivo discutir veto a veto. Nós fizemos uma  
609 longa discussão para, efetivamente, alinhar os pontos que eram convergentes e, naquela  
610 discussão, fica claro as divergências, os pontos de vista distintos. E acho que isso é  
611 natural do processo democrático, até porque a visão é diferente de nós, entes, porque  
612 nós temos uma curva de aprendizado distinta. Mas isso é relevante para que os próximos  
613 passos possam acontecer, até aproveitando o histórico ruim que nós temos em torno do  
614 tema licenciamento ambiental. O fato é que a tripartite é o espaço em que os três entes  
615 convergem, trabalham os pontos necessários de alinhamento, distribuem as suas  
616 missões e tarefas e competências para exercê-las com o mínimo de padrão e, de certa  
617 forma, alinhadas com a estratégia geral do país. Para que a gente evite os conflitos de  
618 competências, sobreposições ou os procedimentos distintos, é salutar que nesse  
619 momento em que teremos que avaliar cada ente, quais medidas serão adotadas, que nós  
620 possamos fazer isso aqui no âmbito da tripartite, mas não só nas reuniões ordinárias, que  
621 isso seja, talvez, dentro da estrutura que nós estamos acostumados, feito em um grupo  
622 de trabalho. Para que, efetivamente, os pontos críticos sejam elencados, aquilo que pode  
623 ser compartilhado como boas práticas ou que está, efetivamente, produzindo resultados  
624 positivos, entre na agenda e possa orientar aquilo que venha a ser um regulamento. Até  
625 porque a experiência do órgão federal é com grandes obras, é inegável isso, os estados  
626 ficam com toda a parcela do meio e ainda absorvem aos licenciamentos de impacto local

627 quando os municípios não conseguem exercer a sua tarefa. Isso é um fato. Nós  
628 precisamos entender como conduzir isso de forma mais eficiente e eficaz, não só eficiente  
629 em relação ao prazo, mas produzir uma eficácia para a sociedade, para evitar um pouco  
630 dos dilemas que nós temos em torno do licenciamento. A ausência de compreensão da  
631 sociedade sobre a figura do licenciamento ambiental é uma das principais missões que  
632 nós temos aqui na tripartite, como comunicar adequadamente, porque a carga que vem  
633 para o licenciamento, de expectativa da sociedade, não é compatível com o instrumento  
634 do licenciamento. E temos que ser objetivos aqui, e agora contribuindo com a sugestão  
635 do Rodrigo, que nós possamos elencar as tarefas que são essenciais para a tripartite,  
636 dividir isso em temas, obviamente que é aplicabilidade, quais ações tem que ser adotadas  
637 por cada um dos entes para que a norma se aplique, os regulamentos, o que vai ser  
638 compatível com o decreto federal, com resolução do CONAMA, e o que inevitavelmente  
639 vai ficar a cargo dos órgãos estaduais e municipais regulamentarem do ponto de vista  
640 local, dentro da nossa tarefa, e que isso possa ter um mínimo de alinhamento, para que  
641 nós não tenhamos um Frankenstein novo no licenciamento, que é o que se pretende  
642 evitar. A lei geral era para isso, conferir um pouco mais de segurança jurídica, nós  
643 discutimos muito nesse final de semana segurança jurídica em um evento de  
644 Florianópolis, e o ponto, e foi o próprio Ministério Público Federal que deu a palestra, e  
645 eu achei extremamente objetivo como ele tratou o pós-positivismo, como nós acabamos  
646 interpretando a nossa lei positivada, e acaba que nós temos leis, mas decidimos tudo em  
647 meio ambiente com base em princípios, e não nas nossas leis, então a gente precisa  
648 tentar ser um pouco mais assertivo, nós que somos os executores dessa tarefa. Eu queria  
649 que isso pudesse orientar um pouquinho a sugestão, eu concordo plenamente com a  
650 sugestão do Rodrigo, e se pudesse vir como se fosse um escopo de um grupo de trabalho  
651 aqui na tripartite, até para que a gente foque nisso. Se alguém quiser fazer uma  
652 contribuição...

653 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) –**  
654 **Alguém? Thomaz.**

655 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
656 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) –** Obrigado, Marçal, mais uma vez.  
657 Bom, gente, eu vou fazer uma fala, dividir aqui em duas partes, uma mais institucional, e

658 depois uma mais objetiva aqui, uma sugestão de encaminhamento. Institucional, primeiro  
659 dizer que a gente tentou, via ABEMA, uma reunião com o Ministério e com as outras  
660 autoridades envolvidas na discussão dos vetos, pela ABEMA, pedimos uma reunião, e  
661 solenemente fomos ignorados, a gente não teve sequer uma resposta em relação ao  
662 nosso pedido de reunião. Então, assim, acho que a fala do Agostinho, no sentido de a  
663 gente ter uma agenda comum, usar inclusive o espaço da tripartite para talvez criar um  
664 grupo de trabalho, uma aproximação do Ministério do Ibama com os órgãos estaduais,  
665 isso é muito bem-vindo. Eu estou aqui quase há três anos, à frente da Cetesb, Órgão  
666 Ambiental do Estado de São Paulo, recebi duas visitas do Ministério do Meio do  
667 Ambiente, da Secretaria de Qualidade Ambiental, associadas à pauta de qualidade  
668 ambiental, sobre licenciamento ambiental, e não recebi nenhuma visita. Fiz uma visita ao  
669 Agostinho, justamente para a gente abrir uma pauta de trabalho. A gente está aqui, no  
670 item anterior, fazendo, talvez iniciando uma discussão, seja de publicidade de dados,  
671 transparência de dados, seja de regulamentos específicos para mineração. Fazendo uma  
672 discussão, iniciando uma discussão a partir de um relatório da CGU. Assim, é importante  
673 que o Ministério do Ibama se aproxime dos estados e entenda qual a realidade dos  
674 estados para o processamento desses licenciamentos. A realidade que a gente tem para  
675 processar. Para trazer alguns exemplos e alguns números, a Cetesb hoje emite, a gente  
676 recebe em média 20 mil pedidos de licença por ano, 20 mil pedidos de licença por ano.  
677 A Cetesb tem uma equipe de 1.760 funcionários para processar essas demandas, além  
678 de fazer fiscalização e monitoramento. A gente fez um concurso no ano passado, o  
679 concurso foi autorizado em 23, realizamos um concurso no ano passado, 224 novos  
680 funcionários, dos quais 150 para o licenciamento ambiental. Por que eu estou fazendo  
681 essas observações? Porque a lei traz prazos exíguos para a gente cumprir para o  
682 licenciamento. E certamente deve entrar na pauta uma discussão, talvez para a gente  
683 elaborar um plano de ação para atendimento da lei, dos prazos que a lei estabeleceu.  
684 Para dar um panorama para vocês, a lei traz prazos para o licenciamento com EIA/RIMA  
685 e para o licenciamento sem EIA/RIMA. Então licença prévia, sem EIA/RIMA, seis meses.  
686 A gente está hoje aqui na Cetesb com uma média de 116 dias. Não são todos os  
687 processos que saem dentro de um prazo de seis meses. E a lei, ela não tem exceção,  
688 ela vai ter que se aplicar para todos. Eu estou trazendo aqui só o prazo médio. De licença  
689 de instalação, a lei traz um prazo de três meses para a emissão da licença de instalação.

690 A gente pratica nosso processo sem EIA/RIMA uma média de 54 dias, então a gente está  
691 dentro do prazo. Tanto para a LP quanto para a LI, dos processos que não são de  
692 EIA/RIMA. LP e LI, quando é o procedimento bifásico, concentrando a LP com a LI, a lei  
693 traz um prazo de quatro meses, 120 dias. A gente tem uma média de 94 dias. Então em  
694 relação a esses prazos, a gente hoje já consegue atender. Agora para os prazos de  
695 processo com EIA/RIMA, hoje a gente não atende. Alguns processos a gente atende  
696 dentro dos dez meses estabelecidos pela lei, mas em regra a gente não atende 90 dias  
697 para a emissão da licença de instalação. Então, assim, sugiro que a gente trabalhe em  
698 um plano de ação para a gente dimensionar qual é essa estrutura, seja nos órgãos  
699 estaduais, seja no órgão federal, para a gente poder atender os prazos que a lei  
700 estabeleceu para nós. Senão, o Agostinho falou em seis meses, já foi um, tem cinco  
701 meses para a gente chegar em vigor. Daqui cinco meses a gente vai sair da legalidade  
702 em relação aos prazos estabelecidos pela lei. Então, talvez, um encaminhamento, para  
703 concluir minha fala, seja no sentido de a gente fazer esse inventário. Como estão os  
704 estoques regulatórios aí de cada órgão, demanda que tem para ser processada, para que  
705 a gente possa dimensionar a estrutura necessária para a gente atender os prazos  
706 estabelecidos pela lei.

707 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) - Ótimo.**  
708 Obrigado, Thomaz. Sair daqui com... Fazer uma proposta para que a gente crie aqui logo  
709 esse grupo de trabalho com, porque dizia um amigo meu, quando a gente cria grupo de  
710 trabalho é porque não quer resolver. Mas não é esse o caso, não. Nós vamos aqui criar  
711 um grupo de trabalho para efetivamente começar a discutir isso conjuntamente. Então,  
712 Ibama, ABEMA, ANAMMA, CGU, se quiser fazer parte desse grupo, trazer as agências  
713 regulatórias, trazer um todo para que a gente possa, em um breve espaço de tempo,  
714 Marcelo, o DSISNAMA com a competência e mais uma a fazer para que o DSISNAMA  
715 possa conduzir essa questão desse grupo de trabalho para tentar ver onde é que nós  
716 vamos tentar aplicar e que o Frankenstein não consiga sobreviver.

717 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) - Muito bem.** Então, eu acho que  
718 agora a gente manda um pedido de indicação para o MMA, para a ABEMA e para a  
719 ANAMMA fazerem suas indicações e convoca a primeira reunião. E aí, junto com esse  
720 pedido, a gente tenta já ir na primeira reunião definir o escopo desse grupo. A gente

721 trouxe algumas possibilidades aqui. Eu acho que é muito trabalho. Então, a gente tem  
722 que pensar nos objetivos, quem tem que estar envolvido em qual discussão. Às vezes,  
723 não são sempre os mesmos atores que vão estar conforme a fase da discussão, mas  
724 que a gente possa avançar juntos entre uma tripartite e outra, um grupo permanente.  
725 Parece um bom encaminhamento. Anna, você gostaria de fazer algum comentário? Você  
726 tinha...

727 **A SR<sup>a</sup> ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - 1<sup>a</sup> SUPLENTE (Secretária Executiva**  
728 **Adjunta do MMA)** - Eu gostaria só de ressaltar que a importância da regulação, e se  
729 você não tiver regras claras, é muito difícil. O grau de discricionariedade, eu acho que ele  
730 interfere em tudo, inclusive em prazo, e é um dos problemas que a gente tem que  
731 enfrentar. É claro que a gente tem as competências de cada ente, que têm que ser  
732 respeitadas, mas ter o mínimo de regras gerais. Acho que o tempo, o esforço, depende  
733 desse primeiro arcabouço. Ou você orienta por questões bastante... Então, acho que  
734 esse grupo poderia trabalhar também no sentido... É claro que envolve um trabalho  
735 bastante... Força enorme você construir isso, e não é o caso, não é o grupo que vai  
736 construir a regra, mas eu acho que a gente trabalhar com algumas diretrizes gerais e  
737 caminhar com esse intuito. O que nós podemos pactuar de regra geral para chegar a  
738 procedimentos gerais também, que dê orientações para que os municípios... Chegar no  
739 município com um padrão mínimo de como construir uma análise de cada parte do  
740 processo de licenciamento, o que deve conter. Acho que é o mínimo. Eu não sei se é...  
741 Eu vim de órgão regulatório, já trabalhei em duas agências de regulação, e sinto que falta  
742 um pouco dessa padronização e desse arcabouço regulatório firme para a gente dar  
743 andamento. Mas era só uma observação geral.

744 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Bom,  
745 já passamos para esse tema, agora vamos para o próximo tema da nossa pauta, nos  
746 informes. Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente, SINIMA. Vai ser o Ariel  
747 Pares que vai fazer a apresentação. Palavra com você, Ariel.

748 **O SR. ARIEL PARES (DGE – SECEX - MMA)** - Obrigado a todos, a todas. É uma enorme  
749 satisfação de falar [ininteligível]. É um grande desafio. E, do meu ponto de vista, nós  
750 ainda estamos no primeiro degrau de uma longa história que eu acho que vem fortalecer

751 e, obviamente, melhorar as políticas públicas na vertical e também na horizontal, porque  
752 não é pouco o que temos de dificuldades, às vezes, quando amplia-se a transversalidade  
753 no governo federal e, provavelmente, nos entes, no mesmo modo, não é a questão da  
754 informação. É isso. Por favor. Próxima. Eu vou tentar ser o mais breve possível. Isso é  
755 muito rapidamente, não é? Nós temos duas leis que colocam claramente a importância  
756 do SINIMA. E não é que é extremamente premonitório que em 81, onde não havia e não  
757 se falava de sistemas federativos, de cooperação para a condução da política, cria-se o  
758 SISNAMA e cria-se o SINIMA. E, simultaneamente, eles são, no fundo, cara e coroa de  
759 uma mesma coisa. Quer dizer, todo um sistema que se constrói federativamente precisa  
760 de um sistema de informação e transparência, onde as partes que sabem o que devem  
761 fazer nas suas instâncias, tenham a possibilidade de se ver comumente com seus pares,  
762 na vertical e na horizontal. Portanto, nas experiências bem-sucedidas que temos, e que  
763 não são muitas, de sistemas federativos, de condução da política pública, você tem um  
764 sistema profundamente estruturado de informação, que gera, ao longo do tempo, algo  
765 que é sumamente difícil e, ao mesmo tempo, indispensável. Confiança. A confiança entre  
766 as partes de que aquilo que se pactuou está acontecendo com dificuldades diferenciadas,  
767 onde a cooperação é parte da solução das diferenças. Portanto, gente, queria comentar  
768 rapidamente, não é? Aqui, o SINIMA é pensado aqui como um primeiro degrau, um  
769 instrumento a favor da governança do SISNAMA. Aí ele tem um eixo, obviamente, que é  
770 de produção, sistematização, análise, e, obviamente, aqui o que se trata, não é, é de que  
771 os sistemas possam convergir, dada as diferenças para algo que é, no nosso ponto de  
772 vista, não apenas uma informação padronizada, com curadoria, etc., não é? Mas, ao  
773 mesmo tempo, produzir informação dada hoje às tecnologias de TI, gerando outros  
774 conhecimentos pelo cruzamento de informações, obviamente, em cada instância dos  
775 entes federados. Próximo, por favor. Só para vocês terem uma ideia, eu tenho que  
776 reconhecer que, quando eu vejo essa lista, é algo que chama atenção. Poucos os  
777 instrumentos normativos que remetem ao SINIMA e à necessidade de ter um sistema  
778 que permita que essas todas informações que são geradas produto da condução da  
779 política pública, das agendas de política pública, venham para um sistema que integre.  
780 Sem nenhum momento estabelecer qualquer coisa que venha a criar dificuldades para  
781 as fontes de informação que são próprias de cada política pública e de cada ente  
782 federado. Então, isso aí chama atenção. O último, inclusive, é a lei aqui, que falou, em

783 geral, do licenciamento ambiental, agora de 25, que tem, não é, um instrumento  
784 claramente identificado do SINIMA e, para nós, isso é revelador de algo que é  
785 contemporâneo à política ambiental mais recente. Eu voltarei um pouco sobre isso mais  
786 adiante.

787 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Ariel, só complementando, a  
788 própria LC 140, de 2011, fala em sistema municipal de informações, sistemas estaduais  
789 de informações e sistema nacional de informação sobre o meio ambiente, na  
790 necessidade de que esses sistemas sejam integrados.

791 **O SR. ARIEL PARES (DGE – SECEX - MMA)** - Perfeito. Obrigado. Isso mesmo, Marcela.  
792 Então, eu, próximo, isso é só para ter uma ideia, não é? Próximo. Aqui tem uma reflexão  
793 que eu queria chamar a atenção dessa lâmina anterior. O SINIMA e o SISNAMA levaram  
794 tanto tempo. Essa é uma reflexão que todos nós devemos fazer sistematicamente, a cada  
795 debate sobre a política ambiental. A provocação que se coloca, inclusive, para a tripartite  
796 é que nós estamos vivendo uma política ambiental com profunda transformação em  
797 transição. E não é decorrente apenas da questão ambiental. É decorrente de como está  
798 se processando as transformações no setor produtivo, no setor da sociedade, o problema  
799 das tecnologias da informação, mas não só a importância que a biotecnologia, que a bio  
800 vai se dando como um novo padrão de fronteira de desenvolvimento tecnológico, em  
801 favor do quê? De uma tentativa de harmonização melhor entre o padrão de produção e  
802 a questão da sustentabilidade ambiental. Portanto, eu acho que a gente tem que fazer  
803 uma reflexão quando se pensa o SISNAMA e, sobretudo, o SINIMA, digamos, a minha  
804 provocação, é de que o que está acontecendo, muito provavelmente, olhando em  
805 perspectiva futuro, é colher essa transformação na sua natureza, que é, provavelmente,  
806 estaremos competindo mais regulação e promoção e investimento onde a sociedade é  
807 parte constitutiva de bancar essa sustentabilidade, não simplesmente dos estados, do  
808 tipo PSA, do tipo mercado de carbono, etc. E, nessa condição, a política ambiental passa  
809 a ser uma política centrada em cima do local, onde a União, estados e municípios  
810 cooperando certamente terão maior condição de melhorar continuamente a condução e  
811 a execução dessa política. Pronto, eu falei apenas que eu acho que a gente tem uma  
812 janela de oportunidade. Não é por acaso que a tripartite ganhou força, não é por acaso  
813 que o SINIMA aparece aqui como uma ferramenta dessa governança. Portanto, aqui,

814 gente, muito rapidamente ele se torna indispensável, a existência não é do SINIMA.  
815 Então, o SISNAMA é um elemento central de referência e, por isso, a tripartite... Portanto,  
816 ele é um instrumento de coordenação vertical da política... Diga-se de passagem, eu  
817 tenho 40 e tantos anos de serviço público, passei 20 e tantos anos do planejamento e  
818 sempre disse o seguinte: “O maior déficit da gestão pública, não aqui no país, no mundo  
819 inteiro, é coordenação.” A dificuldade de a gente viver uma espécie de enorme déficit de  
820 fragmentação de políticas a nível vertical e a nível horizontal. Não é só vertical, não é?  
821 E, obviamente, a política de coordenação horizontal. Portanto, gente, aqui o que se está  
822 em questão, e aqui eu vou querer chamar a atenção da primeira, que é, existe uma  
823 questão que a gente está convivendo aqui, que é essa enorme capacidade de buscar  
824 sinergias entre agenda de biodiversidade, agenda climática, agenda de água, agenda de  
825 qualidade ambiental. Aquilo que é pouco iluminado são as conectividades. O que que na  
826 biodiversidade é impactado pelo clima? Todo mundo sabe, mas a gente exerce a política  
827 nessa direção? Apenas recentemente fazemos isso. Então, as conectividades precisam  
828 de um sistema onde essas agendas todas estejam organizadas, em outros termos, seja  
829 nos municípios, seja nos estados, seja ao nível federal, obviamente cooperando.  
830 Portanto, a outra, o que é o SINIMA do nosso ponto de vista? É um integrador de bases  
831 de dados, só. Ele é um integrador. Ele oferece a possibilidade de que, rapidamente e  
832 simplesmente, você tenha acesso às informações que são produzidas em cada fonte.  
833 Não há ver com o catálogo digital próprio de cada fonte de informação. Portanto, é isso.  
834 E, com isso, a visibilidade de ecossistemas complexos. Ao reconhecer no SINIMA a  
835 possibilidade de cruzar melhor a informação, seja ao nível federal, estadual e municipal,  
836 você tem uma capacidade de instruir melhor as decisões dentro desse complexo que é a  
837 atividade da política ambiental. Próximo. Portanto, aqui o que se trata é de buscar uma  
838 abrangência de informações estatísticas que reflitam a realidade do meio ambiente do  
839 país. Eu vou explicar por aspecto que eu acho que é a cereja do bolo. Vou comentar  
840 assim. Se você tem as bases organizadas em um sistema, aquilo que se processa em  
841 cada União, estados, municípios, em cada área da atividade pública, você tem uma  
842 chance de colocar à disposição da sociedade e do setor produtivo o estado do meio  
843 ambiente com alguma atualidade, sem que tenha que ter estudos permanentes e que  
844 são, realmente, muito custosos e que têm um tempo de maturação longa. E, portanto, a  
845 gente só fica sabendo de tempos em tempos. É o caso do RQMA, é o caso, vocês vão

846 ver, do Geobrasil, que está sendo produzido, por conta do Pnuma, que nos ajuda, enfim,  
847 a FGV. Mas é isso. O SINIMA pode, via C, se tudo aí der certo, esse estado do meio  
848 ambiente com um grau de detalhamento que espelha o esforço da política ambiental,  
849 União, estados e municípios. Portanto, gente, ele é uma referência institucional,  
850 obviamente, como integrador de informações, ele é referência para essa governança que  
851 implica governança de dados, padronização, confiabilidade, enfim, séries históricas que,  
852 de certa maneira, conversam ao nível das agendas de biodiversidade, de clima, agenda,  
853 água, etc., não é? E fortalece a governança do SISNAMA, é disso que se trata. Aqui,  
854 obviamente, diretriz e a simplicidade de acesso, uso. Esse vai ser simples, não é? Uma  
855 das referências básicas da formação que nós estamos pensando para o SINIMA, do  
856 ponto de vista da sua arquitetura digital, que está em curso. Referências, obviamente,  
857 em conceito de metodologias internacionais. A área ambiental, junto com a área de  
858 ciência e tecnologia, gente, é das áreas que têm mais referências internacionais no  
859 âmbito da OCDE, no âmbito do Banco Mundial, o BID, etc., e isso no âmbito da ONU.  
860 São duas áreas que são profundamente internacionalizadas a nosso favor, para poder  
861 fazer comparabilidades que nos permitam fazer o aperfeiçoamento contínuo das nossas  
862 políticas. Aí, obviamente, o alinhamento conceitual, o fortalecimento das iniciativas  
863 temáticas descentralizadas. Tem muita coisa acontecendo, viu, gente? E provavelmente  
864 nos estados também. Tudo isso tem que ser mantido. A nosso favor e o papel do SINIMA  
865 é ser um instrumento de apoio àquilo que se faz ao nível do município, ao nível do Estado,  
866 ao nível federal. Tanto tudo aquilo que nasce como uma iniciativa na necessidade de  
867 integração de políticas e na necessidade de integração de dados, não só tem que ser  
868 preservado, como, ao mesmo tempo, fortalecido. E o SINIMA cresce, o SINIMA cresce  
869 em função disso. Próximo, gente. Aqui a ideia... Começamos por alguma coisa, um  
870 [ininteligível] muito simples, um portal que está sendo montado, e tudo isso, obviamente,  
871 começando pelo que temos em casa, não é? Então, aqui tem uma estrutura que será  
872 certamente, profundamente discutida no ambiente da tripartite, porque, obviamente,  
873 sempre há percepções que lhe pareceriam melhor distribuídas de outra maneira. Então,  
874 vou entrar no mérito, aqui tem os ODS... Mas isso que está sendo pensado já está sendo  
875 construído e à disposição aqui, rapidamente, para o governo e os governos que fazem  
876 parte da tripartite. Próximo. A nossa, digamos, perspectiva longitudinal, de tempo, é  
877 módulo 1, inventário, no âmbito MMA, do governo de estados e municípios. Módulo 2 é

878 o portal. Módulo 3 é o modelo de governança. Por que depois e não antes? Porque aqui  
879 que se trata de como construir uma governança onde as partes que são bastante diversas  
880 possam se entender comumente, portanto o nível de maturidade deve ser maior para  
881 poder construir a governança do próprio SINIMA. Próximo. Isso só para mostrar o pote  
882 que nós estamos já colocando em vias de colocar à disposição do próprio ministério e da  
883 tripartite. Próximo. Aqui, apenas dizendo que nós vamos fazer uma oficina de estatística,  
884 indicadores ambientais, provavelmente na quinzena de outubro, e gostaríamos muito de  
885 ter, e faremos isso de maneira a todo mundo poder contribuir por via online. E temos um  
886 financiamento para poder produzir isso. E eu queria, por último, rapidamente, mostrar  
887 que os produtos... Aqui são várias questões que estão colocadas, mas o mais  
888 importante... Próximo. A elaboração de um plano que está em jogo, a oficina vai servir  
889 para isso. Portanto, a contribuição dos Estados e municípios é central. Aqui, a  
890 apresentação das boas práticas de cada um dos estados, municípios, que possam  
891 contribuir para um SINIMA mais contemporâneo. A priorização de indicadores, porque  
892 provavelmente não se dá conta de tudo, mas aqui o me parece relevante ao nível  
893 municipal, não é necessariamente o mesmo nível estadual e ao nível da União. E, por  
894 último, a criação do Portal SINIMA. Sempre aqui, não é em camadas, viu, gente? Não é  
895 um depois do outro. Está bem? O que eu queria, por último, terminar... Por favor. Aqui  
896 não é por acaso que a gente colocou o nosso endereço [ininteligível] que gostaríamos  
897 muito de poder contar com a contribuição de todos os estados e, obviamente, dos  
898 municípios que lhe parecer adequado, no sentido de fazer com que se identificasse que  
899 bases de dados lhes pareceriam convenientes de, em um certo momento, a gente  
900 acessar, e faríamos isso ao longo desse período, que é até o fim do governo, poder  
901 acessar. Mas teríamos que ter um inventário daquilo que cada estado considera mais  
902 oportuno de dividir, de compartilhar em uma base de dados. Portanto, gente, a gente está  
903 colocando isso, mas vamos fazer um endereçamento e um pedido de maneira muito  
904 simples. É uma relação ainda, para que depois nós possamos, com assessoria, ter um  
905 catálogo digital dessas fontes de dados, de tal modo que a gente possa fazer com que  
906 isso migre para o SINIMA e, obviamente, se coloque, e isso vai ser dado a vocês, a  
907 oportunidade de que estados e municípios revelem o que lhes pareceria conveniente de  
908 cooperação entre União, estados e municípios para aperfeiçoar as bases de dados,  
909 respectivamente. Portanto, o SINIMA aqui não é simplesmente um portal, mas é também

910 uma ferramenta de apoio a todas as bases de dados que nos pareceriam convenientes  
911 de compartilhar. Muito obrigado, gente.

912 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
913 Parabéns, Ariel. Obrigado pela apresentação. Mais um dado. A gente sofre muito nos  
914 municípios, de cátedra, com as questões dos ODS. Os indicadores são muito falhos.  
915 Muitos municípios no Brasil têm estado e têm dados completamente diferenciados dos  
916 ODS que estão dando. Então, isso é um sistema que possa integralizar, não só os ODS,  
917 mas, com todo, será muito bem-vindo. Conte com a participação efetiva da ANAMMA.  
918 Tenho certeza que conta com a participação efetiva da ABEMA. E nós estamos à  
919 disposição. Vou passar a palavra para a Cláudia.

920 **A SR<sup>a</sup> CLÁUDIA JEANNE** - Prometo ser breve, Marçal, também. As pessoas estão  
921 falando que eu nunca venho à reunião do Tripartite. Eu vou aproveitar, viu, Ariel, para  
922 falar.

923 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -** É um  
924 ensaio para ser prefeita.

925 **A SR<sup>a</sup> CLÁUDIA JEANNE** - É, isso. Tu já sabe, não é? Pronto, Mauren, tu deputada e  
926 eu prefeita, Mauren. [Ininteligível] Thomaz. Não, mas é uma provocação. Eu acho que  
927 você usou uma palavra importantíssima, que é gestão. Coordenar isso é um drama.  
928 Coordenar esse nível de informação é um drama. Mas é só uma provocação. Como você  
929 falou, é evidente que todos os estados têm seus sistemas. É evidente que alguns  
930 municípios têm seus sistemas, seu conjunto de informação. E aí acho que vale a pena  
931 esse levantamento para uma curadoria. O que vai compor? Que informação que é  
932 importante estar no SINIMA? E aí eu pego só o Ibama, por exemplo. O Ibama tem o  
933 Pamgia, que é um portal com uma série de informações por temas federais de  
934 monitoramento e acompanhamento de dados ambientais. Aí, dentro do Pamgia, tem  
935 vários temas que tem licenciamento ambiental. Aí, quando você entra no licenciamento  
936 ambiental, a gente está ali com algumas informações, que não são muitas, que a gente  
937 já tem organizada, sistematizada, não é [ininteligível]? Que é o nosso repositório de  
938 informação do licenciamento. Então, a gente tem isso. E tem ainda o SisBia, que é um  
939 outro sistema que visa organizar dados legados do licenciamento ambiental dessas

940 últimas décadas, federal, para dispor para a sociedade. Porque é tanta coisa  
941 acontecendo. Então, acho que o maior desafio é essa curadoria do que tem e do que vale  
942 ser acoplado ao SINIMA.

943 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Mais  
944 alguém quer falar?

945 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Eu gostaria só de dizer que o  
946 DSISNAMA está muito envolvido com o DGE na discussão sobre SINIMA, em especial  
947 com esse olhar sobre o potencial de integração com estados e municípios e enxergar o  
948 SINIMA como um eixo do SISNAMA. Entendendo que a gente vai fazer as coisas em  
949 etapas, mas o DSISNAMA está com esse olhar para estados e municípios. Então, eu  
950 queria que vocês entendessem, só trazer para cá, que a gente está com uma visão  
951 integrada entre o trabalho que o IPEA está fazendo, esse trabalho do DGE, o trabalho do  
952 IPEA que vai pensar a governança como um todo, a ideia de a gente ter eixos de  
953 fortalecimento do SISNAMA, esse trabalho de pensar o SINIMA, a integração de  
954 informações para que a gente tenha mais possibilidades de decisão com base em  
955 evidências, olhando para o que tem hoje, na era da tecnologia, a disposição para a gente  
956 pensar política pública. E o PNC, que a gente vai ter uma breve apresentação em seguida  
957 por parte do Ricardo, que vem representando o DEA, que é o Programa Nacional de  
958 Capacitação. A gente enxerga que o SINIMA e o PNC são eixos fundamentais para a  
959 gente se enxergar como sistema nacional. Compartilhamento de informação e de  
960 aprendizagens, espaços de aprendizagens, onde a gente possa compartilhar as  
961 experiências e entender onde estão as lacunas de formação das nossas equipes no  
962 território para a melhoria da implementação das políticas públicas, para repensar políticas  
963 públicas. Então, o PNC é um programa histórico, mas que vem sendo repensado e que  
964 também deve ter, o Ricardo vai falar, uma retomada ainda esse ano. Então, só para  
965 contextualizar, e aí o IPEA fez um levantamento preliminar sobre sistemas de informação  
966 nos estados e nos municípios com os quais eles dialogaram. E a nossa ideia é aprofundar  
967 esse levantamento agora. Então, a partir dessa reunião, a gente vai abrir um espaço de  
968 consulta para o que tem à disposição, para a gente ter esse mapeamento, para poder  
969 fazer essa curadoria, Cláudia. E aí, a ideia é que a gente possa ter também reuniões de  
970 trabalho, eu não vou sugerir um grupo de trabalho nesse momento, vamos um de cada

971 vez, mas que a gente possa propor reuniões de trabalho envolvendo, inclusive, as  
972 equipes técnicas dos estados, para quem está à frente desses sistemas de informação  
973 também possa participar. Está bem?

974 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Ótimo.  
975 Obrigado, Ariel. Passar a palavra agora... Quem? Ô, Thomaz, desculpa, porque a  
976 cegueira aqui é...

977 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
978 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** - Rapidinho. Não, só para compartilhar,  
979 a gente também, a Cetesb tem muitos dados, a gente coleta dados, o nosso  
980 monitoramento tem uma base de dados de qualidade da água, por exemplo, com mais  
981 de 50 anos, qualidade do ar também, tem uma base bastante... Com a cobertura, bem  
982 grande, para o estado, e a gente criou um departamento de governança de dados, vou  
983 contar um pouquinho só, porque todos os órgãos devem estar passando por esse  
984 momento, que a gente vai criando sistemas pelas áreas fins, então, a gente cria um  
985 sistema lá para cuidar de cobertura vegetal, a gente cria um sistema para falar de fauna,  
986 a gente cuida de um sistema de água e, assim, sem esse cuidado corporativo de  
987 classificação dos dados, organização dos dados, para depois a gente poder estruturar  
988 uma base e aí tanto avançar no sentido de transparência e disponibilizar essas  
989 informações, quanto aproveitar esses dados para o processo de tomar de decisão. E.  
990 assim, é um processo bem complexo, exige muito investimento de base, primeiro colocar  
991 a mão em todos esses dados e classificar os dados e fazer um tratamento dos dados,  
992 então, acho que talvez tentando contribuir um pouco, Marcela, acho que seria  
993 interessante e aí quando a gente vai explodir isso para o nível federal, estou imaginando  
994 que vai ser mais complexo ainda, mas seria importante talvez a gente ter um *roadmap*,  
995 uma trilha mais ou menos de como é que vocês estão pensando, as etapas para a gente  
996 chegar no momento em que a gente tenha uma base integrada. Talvez essa sugestão  
997 aqui, porque aí vai ser um processo longo.

998 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Perfeito, acho que é isso  
999 mesmo, a ideia é que a gente possa avançar nisso. Vamos fazer uma reunião sobre isso,  
1000 Thomaz, acho importante, desde o começo eu falei que a experiência de vocês é muito

1001 referência também para a gente, vamos fazer uma reunião sobre isso e pensar juntos  
1002 nesse *roadmap*.

1003 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1004 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB) - Legal.**

1005 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) - Ótimo,**  
1006 vamos, alguém quer falar ainda mais? Passar para o próximo item da pauta, o Adalberto  
1007 teve que ir à Câmara para uma reunião sobre logística reversa e deixou a Mariana, que  
1008 vai fazer a apresentação do resultado do grupo de trabalho da Tripartite Resíduos da  
1009 logística reversa e portaria SISREV. Palavra com você, Mariana.

1010 **A SR<sup>a</sup> MARIANA NASCIMENTO - CONVIDADA (Analista Ambiental – Casa Civil) -**  
1011 Bom dia senhores e senhoras, é um prazer estar aqui, vou falar em nome do secretário  
1012 Adalberto Maluf que precisou se ausentar. Meu nome é Mariana Nascimento, eu sou  
1013 analista ambiental da Casa e eu estou como coordenadora geral de logística reversa e  
1014 vou apresentar os informes do GT de resíduos sólidos que foi feito na Comissão Tripartite.  
1015 Esse GT ele foi instituído na 22<sup>a</sup> reunião da Comissão, lá em agosto de 2023, para  
1016 harmonizar as legislações e recomendações da gestão de resíduos [ininteligível] logística  
1017 reversa e a integração do sistema de...

1018 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) - Mariana, eu pedir... Esse**  
1019 **microfone é muito chato, você tem que falar direcional e aí falar um pouquinho mais alto**  
1020 **para poder pegar.**

1021 **A SR<sup>a</sup> MARIANA NASCIMENTO - CONVIDADA (Analista Ambiental – Casa Civil) -**  
1022 **Aqui?**

1023 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) - Isso.**

1024 **A SR<sup>a</sup> MARIANA NASCIMENTO - CONVIDADA (Analista Ambiental – Casa Civil) -**  
1025 Agora vai ficar melhor. Foi um grupo que foi formado na 22<sup>a</sup> reunião da Tripartite, era um  
1026 canal de diálogo entre o governo federal, estados e municípios porque a gestão de  
1027 resíduos é não só compartilhada entre o setor privado, o setor público e o cidadão, como  
1028 também entre os três entes federados, União, estados e municípios. O objetivo foi definir

1029 uma estratégia para harmonização da legislação e regulamentação da gestão de  
1030 resíduos com uma visão também para a logística reversa e o manifesto de transporte de  
1031 resíduos, que é um sistema que foi instituído para rastreabilidade de resíduos, ele tem o  
1032 sistema de MTR nacional e alguns estados tem os estaduais que o gerador do resíduo  
1033 ele coloca por nota fiscal esse resíduo acompanhado, desde a quantidade de resíduo  
1034 que é gerado, ele é responsável por observar o armazenamento, o transporte até a  
1035 destinação final. Foram realizados até o momento oito reuniões e o enfoque maior foi na  
1036 proposta de resolução... Para a fiscalização da gestão de resíduos, a reversa. Essa  
1037 resolução não é uma resolução longa, mas é uma resolução que foi muito debatida. As  
1038 reuniões, não é, Mônica? Tinham em média 50 pessoas, então o estado veio em peso, a  
1039 ANAMMA sempre presente também, todos contribuíram, foi uma resolução que graças a  
1040 Deus foi feita em muitas mãos, com muitas contribuições, vai, vem, discute, artigo por  
1041 artigo, então os secretários de meio ambiente indicaram representantes e eles  
1042 participaram ativamente, é uma resolução, uma proposta de resolução que ficou muito  
1043 redonda. Então tem os artigos iniciais, depois vem os conceitos. E o primeiro capítulo que  
1044 é da fiscalização e promoção da gestão integrada e gerenciamento dos resíduos, que  
1045 fala, que é o coração, que fala das competências de cada ente. Então você tem as  
1046 competências da União, separadamente vem as competências do Ibama, competências  
1047 de estados e municípios, porque na gestão de resíduos às vezes fica bastante sombreada  
1048 o que é do estado, e o que é do município. E agora nós estamos tentando, então, colocar  
1049 e harmonizar o que cada um faz nessa gestão. E também da logística reversa. Então a  
1050 proposta é que cada vez mais sejam fiscalizados pelo Ibama. Capítulo 2, que é a  
1051 apresentação dos resultados das ações de fiscalização, que é por conta da União MMA,  
1052 então vai ter um relatório anual dessas ações de fiscalização. A sistemática de troca de  
1053 informações e as disposições finais... A disposição final geralmente da resolução. Ela foi  
1054 aprovada já pelo GT. O próximo passo vai ser uma reunião dia 18, já foi mandado o ofício  
1055 de convocação entre os secretários e os secretários de meio ambiente. Então agora as  
1056 equipes dos estados contribuíram e agora vamos fazer a apresentação para os  
1057 secretários para ser aprovada e depois seguir todos esses ritos do CONAMA, que a gente  
1058 espera que seja bastante breve, porque já teve consenso, já teve discussão, mas sempre  
1059 [ininteligível] nós sabemos e estamos esperando as mudanças. Informes da fiscalização  
1060 é isso. Sobre o MTR, a gente priorizou essa parte, no GT, a gente priorizou primeiro essa

1061 minuta do CONAMA, porque depois que ela sai daqui é um rito um pouco maior, e agora  
1062 nós vamos voltar então para o MTR. A gente já tem uma portaria 280 que ela trata do  
1063 MTR nacional, só que ela está precisando ser revista. Como é um sistema muito novo,  
1064 uma ferramenta de rastreabilidade é nova, a gente sempre tem melhorias, os estados  
1065 estão... Nós estamos tendo que compatibilizar algumas coisas do MTR nacional com os  
1066 estados, então foi aberta uma consulta pública, essa consulta pública, nós estamos  
1067 terminando de fazer a publicação da consulta pública, a portaria, e depois vamos trazer  
1068 essa portaria já revista com a consulta pública para apresentar nesse GT de resíduos  
1069 sólidos, porque aí ela sendo aprovada o rito é um pouco menor.

1070 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Mariana, acho que deu para  
1071 ter um panorama, assim, vocês têm uma perspectiva? Porque, assim, lembrando que o  
1072 trabalho da tripartite vai para o CONAMA e tem todo o processo também de consultas,  
1073 qual o prazo que vocês estão pensando para a apresentação para o CONAMA?

1074 **A SR<sup>a</sup> MARIANA** - A apresentação para o CONAMA? Olha, sendo aprovada pelos  
1075 secretários agora dia 18, é o prazo que... Um mês, Mônica?

1076 **A SR<sup>a</sup> MÔNICA G MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - Eu vou aqui só  
1077 complementar aqui a Mariana, porque como o GT é da tripartite e eu acompanho as  
1078 reuniões, então dia 18 foi encaminhado da Secretaria de Qualidade Ambiental para nós  
1079 passarmos para todos os secretários para que tenha essa reunião no dia 18, então os  
1080 secretários que estejam aqui e a Mauren, como suplente, pedir aos secretários que no  
1081 dia 18 estejam presentes nessa reunião que nós mandamos o convite e vamos mandar  
1082 o link depois para vocês, para poder ser aprovada, Marcela.

1083 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Então, o que eu acho  
1084 importante, que eu não sei qual... Eu sempre falo assim, o que a gente discute antes de  
1085 entrar no CONAMA, o quanto vale a pena a gente investir nos processos preliminares,  
1086 porque chegando lá a gente sabe que tem todo um novo processo. Então, eu acho que  
1087 é importante um alinhamento com a ABEMA, vai chama essa reunião, eu acho legal para  
1088 legitimar para os secretários estarem cientes, mas para que a gente possa encaminhar  
1089 logo para o CONAMA, porque a gente sabe que lá dentro, também hoje, tem uma série  
1090 de fases obrigatórias pela legislação, então, a gente corre o risco de não conseguir

1091 concluir nessa gestão. Eu acho que o legal seria que a gente pudesse concluir. Então, a  
1092 minha sugestão é que a gente abrevie ao máximo o tempo que antecede a apresentação  
1093 formal para que a gente tenha tempo hábil para aprovar dentro do conselho. Eu acho que  
1094 é importante que a ABEMA também...

1095 **A SRª MÔNICA G MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA)** - Aí vai entrar também o  
1096 representante da ANAMMA, também, para poder fazer essa prévia aprovação e ser  
1097 encaminhada de imediato para o CONAMA, viu, Marcela?

1098 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** -  
1099 Alguém pediu a palavra. Quem é? Por favor, porque aqui está muito pequenininho.  
1100 Rosângela, por favor.

1101 **A SRª ROSÂNGELA MARIA** - Oi, pessoal. Bom dia. O Thomaz também tinha pedido a  
1102 palavra. Você quer falar, Thomaz? Você estava na minha frente.

1103 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1104 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** - Eu estava com dúvida em que pé...  
1105 Pela apresentação, fiquei em dúvida em que passo que a gente estava ali no último slide,  
1106 mas ainda a pergunta da Marcela esclarecia e a gente vai começar ainda, não é?

1107 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - O  
1108 CONAMA, sim.

1109 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1110 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** - Primeiro vai ter a reunião, para depois  
1111 submeter para a Secretaria Executiva, não é isso?

1112 **A SRª MARIANA** - A ideia foi fazer essa discussão prévia com todos os estados com  
1113 bastante participação com a ABEMA, com a ANAMMA, que eles tiveram participação,  
1114 para já chegar e eu acredito que vai chegar no CONAMA já bem azeitada, não vai ser  
1115 nenhuma surpresa para os estados e nem para o município. Eles participaram  
1116 ativamente. Depois, no final, eu queria dar mais um informe.

1117 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1118 Rosângela?

1119 **A SRª ROSÂNGELA MARIA** - Então, eu queria entender também em que pé que estava  
1120 e sugerir que passe pelo Ibama, pelo menos que a gente possa conhecer a proposta. A  
1121 gente conversou um pouco já, vem conversando com os nossos pares do MMA, na  
1122 Diretoria de Resíduos, mas a gente ainda não viu a proposta. Se puder passar pelo Ibama  
1123 antes, porque a gente tem uma parte do controle de resíduos sólidos por aqui, eu não vi  
1124 isso aí nas etapas que estão...

1125 **A SRª MARIANA** - Rosângela?

1126 **A SRª ROSÂNGELA MARIA** - Oi?

1127 **A SRª MARIANA** - Eu não sei as divisões do Ibama, mas o Ibama participou das reuniões.  
1128 Inclusive, eles mandaram por escrito sugestões. Algumas foram acatadas. E a Renata  
1129 esteve presente na última reunião. Ela, inclusive, perguntou das sugestões e nós ficamos  
1130 de enviar. Nós já temos o documento com as sugestões do Ibama. Foi da [ininteligível].

1131 **A SRª ROSÂNGELA MARIA** - É a Diretoria de Qualidade Ambiental. É a minha diretoria  
1132 mesmo. Então, está ótimo.

1133 **A SRª MARIANA** - E aí a gente vai mandar o feedback do que foi incorporado para a  
1134 Renata.

1135 **A SRª ROSÂNGELA MARIA** - Está joia, se puder mandar para a diretoria, por favor,  
1136 [ininteligível].sede, porque aí a gente fica todo mundo alinhado aqui.

1137 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1138 Mariana, tem mais alguma coisa?

1139 **A SRª MARIANA** – Tem mais um informe. A parte dessa minuta de fiscalização, nós  
1140 estamos fazendo uma portaria. Estamos propondo uma portaria para instituir o Sistema  
1141 Nacional de Logística Reversa, que nós estamos chamando de SISREV-BR. O SISREV  
1142 também tem... Alguns estados já têm o seu Sistema de Logística Reversa. Nós vamos  
1143 fazer a portaria para instituir o Sistema Nacional. Como, aproveitando essa estrutura da

1144 tripartite, para que não chegue uma portaria ministerial... Nós vamos chamar uma  
1145 reunião. Essa semana, nós vamos chamar uma reunião com os estados para eles verem  
1146 a minuta. Não é uma proposta econômica, é uma portaria ministerial. Mas para os  
1147 estados verem e discutirem essa proposta de minuta do SISREV, porque vai precisar de  
1148 uma integração internacional e os estaduais. Então, fiquem atentos. Já saiu o convite e  
1149 a reunião é provavelmente semana que vem. Mas são os mesmos representantes que já  
1150 estão no GT de Resíduos Sólidos para aproveitar a mesma estrutura.

1151 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Está  
1152 ok. Agora, nós vamos falar do próximo tema. Está ligado à diretoria do Allan. Nós vamos  
1153 falar sobre o Sistema de Gestão Ambiental Municipal. É uma ação que o Allan vem  
1154 desenvolvendo há mais de um ano e nós estamos trabalhando nisso. Vamos fazer uma  
1155 apresentação agora do que está se passando na ANAMMA.

1156 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1157 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** - Marçal.

1158 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Oi,  
1159 Thomaz.

1160 **O SR. THOMAZ MIAZAK DE TOLEDO – SUPLENTE 1 (Presidente da Companhia**  
1161 **Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB)** - Posso só fazer um pedido ainda em  
1162 relação ao item anterior? Se puder disponibilizar antes da reunião a proposta para a  
1163 gente, é bom que a gente já faz a discussão com a equipe.

1164 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Com  
1165 certeza. Eu vou falar à Mariana e a Marcela disponibiliza para você. Obrigado, Thomaz.  
1166 Faça, sim. Vai, Allan. Não é esse, não. Esse é assim, atenção, não perca esse próximo  
1167 item.

1168 **O SR. ALLAN MAX ANDRADE (ANAMMA Nacional)** – Bom dia a todos. Inicialmente,  
1169 falar desse trabalho que a gente vem realizando nos últimos dois anos, na verdade, à  
1170 frente da diretoria de inovações tecnológicas da ANAMMA. A gente vem desenvolvendo,  
1171 escutando grande parte dos gestores municipais do nosso Brasil. E a gente tem tido  
1172 diversas reclamações, principalmente que hoje, no Brasil, a gente tem diversas

1173 plataformas que trabalham em colchas de retalho que não se comunicam. Então, grande  
1174 parte da nossa discussão hoje é parte desse pressuposto. Ou seja, grandes órgãos  
1175 trabalham hoje sem a comunicação. Como Thomaz falou, principalmente no trabalho da  
1176 Cetesb, os órgãos vão desenvolvendo softwares por área. E aí, muitas das vezes, a gente  
1177 não consegue fazer essa integração. Então, no município, não é diferente. A gente tem  
1178 um exemplo muito claro, principalmente na área de políticas públicas de meio ambiente.  
1179 As secretarias municipais, além de desenvolver políticas públicas, elas também  
1180 executam. Diferente dos estados, a gente tem uma separação. Alguns órgãos executam  
1181 e outros órgãos criam as políticas públicas. E o grande desafio que a gente tem buscado  
1182 nesses últimos anos é o seguinte, é fazer a integração de áreas de forma tecnológica  
1183 para que esses dados sejam processados e que sejam otimizados com efetividade pelos  
1184 gestores públicos. Então, uma das áreas de grande relevância hoje que nós temos na  
1185 gestão ambiental municipal é a educação ambiental municipal, é o licenciamento  
1186 ambiental, é a fiscalização, é a parte de arborização e monitoramento, os mapeamentos  
1187 de área. E agora a gente chega com a nova demanda atual, que é a causa animal. Que  
1188 é uma demanda agora que surge com grande força, principalmente na área de meio  
1189 ambiente dos municípios. Então, o nosso objetivo desde o início foi unir todas essas áreas  
1190 através de um desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica que pudesse  
1191 proporcionar principalmente efetividade e aproximação da população. Nós somos,  
1192 digamos que o ponto de impacto direto com a população e através dessa plataforma que  
1193 a gente vem desenvolvendo nos últimos anos, a gente tem o objetivo de proporcionar  
1194 principalmente acesso direto para a população. Pode passar, por favor. Hoje nós temos  
1195 grandes desafios, principalmente na área do meio ambiente dos municípios, que é a  
1196 questão das mudanças climáticas, as poluições, a perda da biodiversidade, a escassez  
1197 de recursos naturais e agora, nesse momento, a gente está lutando principalmente pela  
1198 proteção e bem-estar do animal. Então, a gente sai de uma vertente de obrigatoriedade  
1199 de a gente começar a integrar principalmente a parte de meio ambiente com tecnologia.  
1200 Então, nessa prerrogativa, nós temos que ter a colaboração entre governos, empresas e  
1201 cidadãos para garantir principalmente um futuro mais sustentável. Então, surge, a partir  
1202 desse momento, aquela ideia das *smart cities*, que são as cidades inteligentes, que hoje  
1203 estão sendo muito debatidas, mas a gente tem, digamos que, uma efetividade muito  
1204 pouca hoje na realidade dos nossos municípios. Pode passar, por favor. Pronto. Antes

1205 de iniciar o vídeo, eu queria mostrar para vocês o seguinte. Grande parte dos municípios  
1206 hoje já estão executando essa ferramenta. A gente lança hoje, principalmente para a  
1207 Comissão Tripartite, uma ferramenta de forma integrada que trata todas aquelas áreas e  
1208 tem o objetivo, principalmente, de integrar indicadores para trazer maior resultado,  
1209 principalmente na efetividade da gestão ambiental municipal. Pode soltar o vídeo, por  
1210 favor. Pegar o áudio e eu posso ficar informando.

1211 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Essa  
1212 é a tecnologia.

1213 **O SR. ALLAN MAX ANDRADE (ANAMMA Nacional)** - Então, pode ampliar que eu vou  
1214 comentando. Gente, então eu vou tentar, só para melhorar a questão da comunicação.  
1215 Inicialmente, ele está passando a parte do usuário interno, onde ele vai fazer o  
1216 cadastramento e vai ter acesso direto à plataforma. Nessa plataforma, ele dispõe,  
1217 inclusive, de um módulo específico para o usuário externo, o requerente, onde ele tem  
1218 disposto ali o manual de acesso, a política de privacidade. Nós temos uma plataforma  
1219 específica para a área de denúncias no município. Isso, principalmente, para dar acesso  
1220 direto ao requerente. É importante frisar, isso é sem precisar ter acesso a nenhuma  
1221 plataforma aberta. Então, digamos que no site do município, o próprio requerente vai  
1222 poder lançar lá o nome, o e-mail e o telefone. Isso, se ele quiser, se ele quiser de forma  
1223 anônima não é obrigatório passar as informações. Inicialmente, ele lança qual é a área  
1224 objeto de fazer o registro de denúncia. Ali, a área do meio ambiente. E você faz o  
1225 georreferenciamento automático da plataforma. Ou seja, você escolhe uma área ali e  
1226 direto, automaticamente, ele já puxa o georreferenciamento sem você precisar digitar.  
1227 Então, ele já puxou ali o georreferenciamento e já vem acesso direto, principalmente,  
1228 para os técnicos fiscais. E aí, eles terão também, inclusive, o requerente ter a opção de  
1229 descrever os fatos, anexar foto, vídeo e documento. Assim que ele recepciona,  
1230 principalmente, esse processamento de dados, eles podem já, de forma direta, fazer a  
1231 fiscalização. Então, não precisa mais daquela consulta direta, de estar entrando em  
1232 comunicação, principalmente, com as pessoas, com vizinhos. Na plataforma, nós temos  
1233 a parte de validação de documentos, onde todo e qualquer documento que é emitido  
1234 dentro da plataforma, ele é validado pela plataforma. E aí, é o diário oficial do município.  
1235 Então, tudo que é emitido nessa plataforma, ela é portal aberto, onde vocês conseguem

1236 filtrar por ano, por mês ou, então, por intervalo de tempo. Aí, um exemplo claro, que pode,  
1237 inclusive, ser integrado ao Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, onde é disposto,  
1238 inclusive, já de informações, CNPJ, nome e razão social, a situação do processo, o tipo  
1239 de processo que foi emitido, inclusive, o arquivo do documento, para você baixar e  
1240 visualizar. Então, vai ter acesso direto à população, através de link aberto, da consulta  
1241 pública. Esse portal aí, inclusive, ele pode solicitar, consultar através de CNPJ. E aí, é o  
1242 acesso do usuário para entrar na parte operacional do sistema. Essa plataforma, hoje, já  
1243 está em operação em algumas capitais. Um exemplo é em João Pessoa, já usa essa  
1244 ferramenta para a parte de fiscalização ambiental. O município de Teresina, também,  
1245 outra capital, já utiliza essa plataforma também. Na área de João Pessoa, é mais  
1246 específica para a área de fiscalização, que eles trabalham com georreferenciamento  
1247 integrado. Em Teresina, eles já trabalham com a plataforma 100%. Então, eles já têm  
1248 todos os módulos à disposição para poder executar as suas funções ao acesso ao  
1249 sistema. E aí, a gente entra, principalmente, agora na parte operacional, que é onde  
1250 grandes técnicos da ANAMMA, as expertises, foram consultadas para a gente  
1251 desenvolver uma plataforma que trouxesse praticamente diversos dados. O município de  
1252 Pilar, também, que é um município...

1253 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Esse  
1254 é novo.

1255 **O SR. ALLAN MAX ANDRADE (ANAMMA Nacional)** - Não poderia deixar de utilizar  
1256 essa plataforma. E, na parte operacional da plataforma, nós temos o acesso do usuário,  
1257 direto. Então, chegamos à parte operacional onde tem todos os módulos à disposição,  
1258 principalmente para um servidor municipal. Aí, nós estamos em uma área de um  
1259 secretário municipal de meio ambiente, mas ele propõe, inclusive, dentro do sistema,  
1260 hierarquias e funções dos diversos módulos que estão à disposição para ser trabalhado  
1261 no dia a dia. E essa ferramenta já tem, inclusive, banco de dados. Então, todos os dados  
1262 que são feitos requerimentos e informados através do cidadão, ela chega em uma área  
1263 do módulo de cadastro, onde esse cadastro pode ser consultado de forma aberta,  
1264 também, por todos os usuários da plataforma. Somente usuários, servidores do órgão.  
1265 Ele tem acesso às informações do requerente. Inclusive, ele tem contato direto das  
1266 informações e até o WhatsApp do próprio representante legal. Então, quando ele acessa

1267 ali, ele visualiza todas as informações, inclusive o WhatsApp, ele entrar em contato caso  
1268 de dúvida, os CNAEs também da plataforma ou do CNPJ também era disposto. Os  
1269 documentos, inclusive, que foram protocolados por esse CNPJ, ele consegue acessar de  
1270 forma direta. E nessa consulta, ele consegue visualizar as informações que são muito  
1271 pertinentes, principalmente dos processos de licenciamento, que são pareceres,  
1272 relatórios, históricos, despachos, informações, anexos, pareceres conclusivos, pareceres  
1273 jurídicos, tudo à disposição, inclusive, no banco de dados do CNPJ, que foi que entrou  
1274 com a solicitação e com o requerimento. Então, essa é a área de banco de dados da  
1275 plataforma, onde, inicialmente, a gente vai estar consultando a todo momento, quem tiver  
1276 necessidade de buscar informações das empresas. Inclusive, nesse processo de  
1277 transição, a gente tem hoje mais de 1.600 municípios licenciando no Brasil. Grande parte  
1278 desses municípios ainda estão trabalhando de forma física. Então, no processo de  
1279 transição, muitas das vezes, a população ainda luta pela resistência de trabalhar de forma  
1280 digital, e ela vai ter que ir até a secretaria para poder fazer esses cadastros manuais,  
1281 principalmente aquelas pessoas que têm dificuldade de acesso à informação via internet.  
1282 E aí, nós temos também, na parte operacional, os módulos de meio ambiente, que estão  
1283 dispostos ali, a parte de licenciamento, a parte de fiscalização, monitoramento,  
1284 mapeamento de áreas, a parte de arborização, ou seja, o mapeamento arbóreo digital  
1285 também de árvores, a parte de todos os requerimentos. Então, assim que a população  
1286 faz o requerimento na plataforma, já chegam essas informações, quantos dias de pauta,  
1287 se a visualização é através de retorno, ou então é o primeiro protocolo. Inclusive, é  
1288 analisado nessa área, já com antivazamento das informações. Então, nenhuma  
1289 informação consegue ser vazada da plataforma, porque tem um antivazamento inclusive  
1290 do IP, da pessoa que está visualizando as informações. Tem um chat de informações  
1291 também, para poder estar discutindo e se comunicando com o empreendedor. Fazendo  
1292 um diálogo direto. Muitas das vezes, tem essa dúvida e a gente tem muita resistência,  
1293 principalmente da população, em ter dúvidas de acesso à informação. Na própria  
1294 plataforma, a gente não precisa baixar documento. Vocês conseguem visualizar dentro  
1295 da própria plataforma, todos os documentos que foram anexados. E aí, você não precisa  
1296 baixar a informação, você visualiza dentro da própria plataforma e analisa, inclusive,  
1297 dando seus posicionamentos. Aí está o antivazamento, que é aquela *tag* ali do meio, que  
1298 não está muito boa a visualização, mas ali tem o IP e o CPF da pessoa. Então, se ele

1299 quiservazar e tirar a foto, ele vai saber que foi ele que estava manuseando a plataforma  
1300 naquele momento. Existem as observações de aprovação de documento, recusa.  
1301 Inicialmente, quando chegar na pauta do técnico analista, essas informações,  
1302 principalmente cartorárias, já estão com status de aprovado. Não precisa perder tempo  
1303 com análise cartorária, porque o atendimento e o protocolo já vai fazer todo esse trabalho.  
1304 Então, a gente aperfeiçoa principalmente essa transição entre protocolo e análise técnica  
1305 no sistema, já trazendo esses cases que a gente tem discutido muito, principalmente de  
1306 gargalos que são enfrentados no município. Na parte de licenciamento, assim que chega  
1307 um processo na pauta do técnico, vai ser acompanhado, principalmente, todas as  
1308 informações de tela visual. Então, nós temos ali, protocolo, CNPJ da empresa, quantos  
1309 dias está na pauta do técnico, a última visualização dele, quem é o técnico que está  
1310 analisando. Então, inicialmente, já na tela, ele já tem o prazo dinâmico que ele tem que  
1311 atender. Isso aí, a gente vai trabalhar na Lei Geral do Licenciamento, que a gente vai  
1312 colocar o prazo ali contando, junto também com análise técnica. Isso vai ser muito  
1313 dinâmico e rápido, para ele entender o prazo que ele tem que trabalhar. Tem à disposição  
1314 também a parte de consulta. Então, diversos filtros aí são consultados, de forma dinâmica  
1315 futuramente. A parte de fiscalização é da mesma forma também. Ele trabalha se  
1316 comunicando. Então, quando o cara está fazendo o licenciamento, ele pode ir lá na  
1317 fiscalização consultar se naquela região tem um processo de fiscalização para, na análise  
1318 do licenciamento, poder isso dar dinamismo, principalmente na operacionalização. Todos  
1319 os processos, eles são georreferenciados. Então, nós temos uma área só de  
1320 georreferenciamento da plataforma, seja na área de licenciamento, fiscalização,  
1321 monitoramento, o mapeamento arbóreo digital, principalmente para a gente trabalhar a  
1322 questão climática e o poder de resposta. E também temos um módulo animal que trabalha  
1323 de forma direta os agendamentos, os atendimentos dessa causa animal hoje, que está  
1324 sendo muito debatida e discutida, principalmente na área do meio ambiente. No módulo  
1325 de... No módulo financeiro, a gente consegue fazer toda a consulta direta de quando o  
1326 município está arrecadando as taxas. A gente tem essa muita dificuldade hoje nos  
1327 municípios, que tudo que a gente arrecada vai para zero, zero. E a gente não sabe nem  
1328 quanto é que está sendo arrecadado. Então, com o módulo financeiro, você tem toda a  
1329 padronização de informações. E aí é o módulo de georreferenciamento onde todos os  
1330 processos que entram na plataforma são georreferenciados. Clicando naqueles *pings* ali,

1331 você consegue as informações e consegue os filtros laterais aqui, seja licenciamento,  
1332 seja monitoramento, seja fiscalização. Então, as informações estão dinâmicas dentro de  
1333 uma plataforma direta. Além dessa parte aí de georreferenciamento dos processos, a  
1334 gente dispõe também de um módulo chamado mapeamento de áreas, onde toda a  
1335 secretaria, através do setor de planejamento do apartamento, pode fazer o mapeamento  
1336 das áreas, dos processos que estão sendo requeridos e construir áreas de preservação  
1337 permanente, áreas com risco de alagamento, que vai tornar, inclusive, a análise mais,  
1338 digamos que tenha um certo receio na emissão direta do procedimento que está sendo  
1339 instaurado. Dentro da plataforma, inclusive, a gente criou um módulo chamado  
1340 predefinições de edições onde todos os modelos de relatórios, pareceres técnicos,  
1341 pareceres jurídicos, eles são pré-formatados e assim no momento que o técnico vai fazer  
1342 a análise técnica ele já puxa o modelo pré-definido e automatiza dentro do próprio parecer  
1343 técnico dele. Ele só traz a caracterização real da análise técnica que ele está fazendo do  
1344 processo. Então, isso dá uma celeridade muito grande, principalmente nas análises  
1345 técnicas do licenciamento ambiental e também na fiscalização. No dia 23, 24 e 25 nós  
1346 estaremos lançando a IA desse sistema, onde ela tem o objetivo, inclusive, de fazer os  
1347 pareceres já junto com a legislação do município. O *prompt* vai ser legislação, parecer e  
1348 as informações que venham detalhadas do próprio município para trazer um parecer pré-  
1349 definido para o técnico só, digamos que pré-autorizar e poder emitir a licença. Nas LACs,  
1350 elas já sairão automáticas e terão um *score*, inclusive, de efetividade. Aqueles processos  
1351 que tiverem uma documentação, digamos, que com grandes informações que possam  
1352 ser aprovada a LAC, ela vai ter um *score* de 70% a 100%. Então, os empreendimentos  
1353 que tiverem perto de 70% serão os empreendimentos que serão diretamente mais  
1354 monitorados. Aqueles que tiverem com 100% de *score*, serão os empreendimentos que  
1355 terão que ficar lá na última fila para poder ser monitorado. A gente vai ter as perícias  
1356 anuais agora com a nova lei geral de licenciamento e isso vai ser muito importante,  
1357 principalmente, para a gente dar um resultado com esses prazos da lei geral de  
1358 licenciamento. Aí é só um exemplo que a gente fez dos últimos municípios que aderiram  
1359 à plataforma. Eles trabalhavam muito das vezes com processo físico, tinham 33% de  
1360 produtividade. Quando passaram a trabalhar com processo híbrido, aumentou essa  
1361 produtividade para 55%. E assim que assumem a plataforma que a gente, junto com a  
1362 ANAMMA, é uma empresa parceira que a gente está desenvolvendo essa plataforma,

1363 eles começam a evoluir bastante e chega até no patamar de começar a analisar não só  
1364 os processos que estão entrando, mas sim os passivos dos processos anteriores que  
1365 ficaram sem análise técnica. E aí eles começam a aumentar as análises e principalmente  
1366 o percentual de emissão de licença. Vou dar um exemplo, hoje a gente emite um LS  
1367 dentro desse sistema, 10 dias. Uma LI a gente emite com 25 dias, 30 dias no máximo.  
1368 Uma LO a gente consegue otimizar no máximo 45 dias. O Marçal está aí como exemplo,  
1369 claro, o que faz no dia a dia hoje de Pilar. E a gente tem otimizado bastante principalmente  
1370 esses procedimentos e trazendo informações, que é o principal, e não deixando aquela  
1371 situação que hoje tem em grande parte dos estados. São diversos softwares onde não  
1372 se comunicam e muitas das vezes você não tem a segurança jurídica de emitir um  
1373 documento. Só para finalizar, agradeço a todos.

1374 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1375 Obrigado Allan. E se comunica com qualquer sistema. Lá em Alagoas, para vocês terem  
1376 só uma ideia, o Ministério Público tem a senha master e ele mesmo averigua qualquer  
1377 licenciamento ao tempo que quiser. O presidente do Tribunal de Contas ficou estarecido.  
1378 Quando nós entregamos a ele, ele faz um relatório ambiental para todos os municípios  
1379 tem que se apresentar relatório e tal. Nós levamos, entregamos a senha e eles puxam  
1380 diretamente lá no TCE, tudo que se faz no município de Pilar. Então é uma plataforma  
1381 que nós estamos desenvolvendo com muito, muito, muito tempo e botando em prática,  
1382 vendo os gargalos e conseguindo para a gente chegar no município para otimizar e fazer  
1383 essa parceria e pode integrar com o estado, com o nacional, que é a nossa pretensão.  
1384 Vou passar a palavra para o Manara.

1385 **O SR. MARCELO MANARA – CONVIDADO (Secretário de Urbanismo e**  
1386 **Sustentabilidade - SP) -** Bom dia, presidente. Bom dia a todos, Marcelo Manara,  
1387 secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos. Só quero reforçar  
1388 aqui esse golaço da ANAMMA, parabenizar o Allan por esse desenvolvimento, porque  
1389 embora nós ainda não utilizamos o sistema do Allan, mas dia 25 já está agendado, ele  
1390 vai dar um pulo lá para a gente bater um papo também sobre essa performance que é  
1391 fundamental, mas só dar o testemunho de como é importante isso para um município e  
1392 por isso parabenizar a ANAMNA por essa iniciativa de levar essa proposta para que a  
1393 maioria dos municípios possam efetivamente avançar nesse sistema, principalmente os

1394 municípios licenciadores, lembrando que não é só na questão do licenciamento  
1395 ambiental, por exemplo, em São José dos Campos nós vamos conversar dia 25 sobre  
1396 aprovação de obras, que é também uma ferramenta espetacular para o sistema de  
1397 controle, mas que isso traz outros benefícios para o município. Primeiro, na questão da  
1398 transparência, como o presidente Marçal colocou, o próprio Ministério Público tendo  
1399 acesso às coisas mais ágeis, mais transparentes, inclusive para a população. Nós temos  
1400 uma interface no nosso sistema GeoSanja, que nós temos em São José dos Campos há  
1401 seis anos, nós atingimos um milhão de visualizações e acessos nessa plataforma aberta.  
1402 Então é muito importante que a gestão pública saiba se comunicar com o seu cidadão,  
1403 seu usuário, mas também isso oferece uma condição muito boa para os investidores que  
1404 chegam no município. Ao se deparar com um sistema desse, como o Allan apresentou,  
1405 ele percebe que o município tem estrutura, tem essa modernidade ao oferecer também  
1406 do ponto de vista não só do licenciamento célere e com rigor e segurança jurídica e  
1407 qualidade técnica dentro desse acompanhamento, mas também que o município tem  
1408 toda essa estrutura dentro desse sistema de controle e fiscalização. Então ganha o  
1409 cidadão, ganha aquele empresário que vai investir no município, ganha a gestão pública  
1410 e os sistemas de controle, que se torna isso o próprio cidadão, o Ministério Público, que  
1411 fazem uma fiscalização mais transparente, mais aberta. Então, parabéns à ANAMMA,  
1412 parabéns ao Allan e toda a equipe que desenvolveu esse projeto, que realmente os  
1413 municípios necessitam, isso se torna hoje imprescindível, além de reduzir, no nosso caso,  
1414 nós mensuramos, presidente, reduziu 30% o esforço de HH nos nossos sistemas. E falar  
1415 isso para o gestor público que reduz a necessidade do aporte de HH, isso é um golaço  
1416 também. Obrigado.

1417 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1418 Obrigado, Manara. Agora nós vamos fazer uma outra apresentação da ANAMMA.  
1419 Gostaria de convidar o Mário Mantovani para ficar aqui ao meu lado como diretor de  
1420 relações institucionais da ANAMMA. Chamar o Arthur que nós vamos fazer essa  
1421 apresentação das emissões das cidades brasileiras. É outro projeto da ANAMMA com a  
1422 DEEP e passar a palavra para o Arthur, onde nós já temos o caser de sucesso. Esse  
1423 programa já foi feito em São José dos Campos com o Manara. Sucesso absoluto. O  
1424 Arthur vai falar e o Manara sobre as emissões nas cidades brasileiras. A palavra para  
1425 você, Arthur.

1426 **O SR. ARTHUR COVATTI – CONVIDADO (DEEP)** - Boa, maravilha. Bom, bom dia a  
1427 todos. Queria começar agradecendo ao presidente Marçal pela oportunidade de estar  
1428 aqui na comissão tripartite para poder fazer essa apresentação. Meu nome é Arthur, eu  
1429 sou um dos fundadores da DEEP. A DEEP é uma empresa brasileira de tecnologia e  
1430 dados para emissão de CO2. Então a gente trabalha com dados para carbono. E bem,  
1431 pode passar. Queria começar aqui prestando a minha homenagem a ANAMMA.

1432 **O SR. MARCELO MANARA** - O Arthur é brasiliense, mas é joseense.

1433 **O SR. ARTHUR COVATTI – CONVIDADO (DEEP)** - Eu sou o gaúcho mais joseense da  
1434 cidade de São José dos Campos. Queria começar prestando uma homenagem à  
1435 ANAMMA, que é a entidade que segue a articular os municípios, entre outros temas,  
1436 também na agenda climática. E daí, dentro desse espírito, a gente está propondo, pode  
1437 passar, a construção massiva dos inventários municipais de todos os municípios do  
1438 Brasil. Então, de 100% dos municípios do Brasil, você construir o inventário de emissão  
1439 municipal. E daí, Mauren, Isis, da ABEMA, esse inventário que é municipal pode ser  
1440 agregado no estado, pode ser agregado por bioma. Ele é construído por uma metodologia  
1441 top-down, que eu vou mostrar. Ele pode ser agregado de diferentes formas. Então, ele  
1442 serve o município, mas ele também pode servir um governador, ele pode servir o governo  
1443 federal. Ele tem vários usos também além do município. Bem, e o grande diferencial, só  
1444 antes de passar, é a conexão com os dados de CNAE. Eu vou mostrar mais à frente.  
1445 Você já existe jeitos de construir inventários municipais, nacionais. A grande inovação  
1446 que a gente está propondo aqui é pegar os dados do inventário nacional e conseguir  
1447 cruzar eles com os dados da matriz em sumo produto a nível de CNAE. Então, imaginem  
1448 que a gente vai conseguir saber qual que é o inventário da soja... Mauren, qual é o  
1449 município que a senhora reside? Cuiabá. Então, Cuiabá não tem tanta soja assim, mas  
1450 a soja de um determinado município do Mato Grosso, que vai ser uma emissão diferente  
1451 da emissão da pecuária daquele município, que vai ser uma emissão diferente da  
1452 emissão do milho daquele município, que vai ser diferente da emissão da indústria  
1453 daquele município. Então, você vai poder olhara emissão municipalizada e setorializada,  
1454 dividida também por setor e atividade da economia. Então, essa é, eu acho que o grande  
1455 ponto que a gente traz. Pode passar. Hoje, qual que é a alternativa para você fazer um  
1456 inventário municipal ou inventário estadual? O jeito convencional é você contratar uma

1457 empresa de consultoria, que vai fazer um trabalho que vai demorar às vezes seis meses,  
1458 um ano. Vai ser um trabalho que, no mínimo, vai custar algumas centenas de milhares  
1459 de reais, quando a gente está falando de um estado, alguns milhões de reais. E vai ser  
1460 um trabalho ali que vai ter um certo tempo e uma grande desomogeneidade  
1461 metodológica. Então, você pode ter inventários que são mais detalhados, menos  
1462 detalhados, sob premissas diferentes, não necessariamente conciliando no inventário  
1463 nacional. Então, você tem problemas aí. E a outra alternativa, que é muito boa, são os  
1464 dados da SEG, que, inclusive, são insumos desse trabalho que a gente está propondo,  
1465 mas ele tem uma questão da desagregação. Então, o inventário da SEG, você não  
1466 consegue conectar com a atividade econômica, com a indústria, que vai ser importante  
1467 para o SBSE, que vai ser importante para diversas coisas que a gente tem por vir. E outra  
1468 questão, também, superimportante, é que não olhe o escopo 3. Então, os inventários hoje  
1469 municipais, eles olham a emissão que acontece dentro do município, mas eles não olham  
1470 para onde essa emissão vai. Então, se você pegar lá os dados da SEG, você vai ver que  
1471 a cidade de São Paulo, está lá, acho que em oitavo, sétimo, é uma cidade pouco  
1472 emissora. E daí você vai olhar, porra, mas, assim, tudo que é produzido no Brasil vai para  
1473 São Paulo? Como é que pode São Paulo estar emitindo tão pouco? Se tem  
1474 desmatamento na Amazônia, se tem mineração, se tem atividade econômica para  
1475 alimentar São Paulo. E São Paulo emite muito menos que uma cidade média do interior  
1476 do Mato Grosso. Parece que tem algo esquisito. E tem. É porque você não está olhando  
1477 as cadeias da emissão. Onde que esse insumo que está produzindo está indo. Em São  
1478 José dos Campos, a gente tem um caso interessante, que tem um polo petroquímico que  
1479 representa uma emissão muito grande. Mas essa emissão, ela não termina em São  
1480 Paulo. Ela vai para o aeroporto de Guarulhos, ela vai para a cidade de São Paulo. Então,  
1481 acho que essa questão de você poder ver linkado na economia e você ver o escopo 1 e  
1482 2, mas também o escopo 3, esses fluxos da emissão dentro do território nacional. Então,  
1483 acho que essas são as grandes diferenciais. Pode passar. Aqui tem uma visualização  
1484 gráfica de tabela, desculpa, dessas diferenças. A gente consegue, em um primeiro  
1485 momento, chegar em 128 setores, mas no anexo da apresentação tem quais são esses  
1486 setores. Dá para ver, por exemplo, para a agricultura são 13 subsetores, que você olha,  
1487 é soja, você consegue ver por cultura, para a indústria também é bastante granular. E a  
1488 ideia é a granularidade também para 100% dos municípios, que, de novo, para a ABEMA

1489 você pode juntar para o Estado e isso vira um inventário, então, estadual. E tudo  
1490 conciliado com o inventário nacional do MCTI, que os dados eles cruzam todos com  
1491 todos. Então, acho que isso traz bastante robustez para o sistema. Eu vou ir passando  
1492 mais rapidinho aqui por conta do tempo, pode ir passando. Só comentar aqui, que acho  
1493 que é importante, é que existe uma confluência de fatores muito importante que nos  
1494 permite fazer esse trabalho. A primeira delas é a ANAMMA ter apadrinhado e abraçado  
1495 o projeto, porque nada adianta um inventário que fique na gaveta. E daí o secretário  
1496 Manara de São José dos Campos vai trazer a experiência dele de como ele engajou todo  
1497 o município para uma cidade carbono neutra e transformou isso em um programa. Então,  
1498 acho que o fato desse projeto estar dentro da ANAMMA, ele ganha muito valor para ele  
1499 ter aplicação prática, ele ter ação e não um projeto que vai ficar na gaveta. Mas tem uma  
1500 questão importante, que é, alguém poderia me perguntar, se a ideia é tão boa de você  
1501 dividir o inventário por município, por setor da economia e tal, por que isso não foi feito  
1502 antes? É porque teve uma confluência técnica de fatores. De um lado a DEEP, a empresa  
1503 que eu co-fundei, que é uma empresa que tem mais de 100 pessoas, mais de 400  
1504 clientes, 20 mestres e doutores no time de pesquisa. Então, é uma empresa bem robusta  
1505 do ponto de vista científico dos dados de emissão. A gente vai mostrar um pouco o nosso  
1506 corpo técnico, mas nós temos um PHD da Universidade de Harvard, outro PHD pelo MIT,  
1507 que foi meu professor lá no ITA. Então, você tem um corpo técnico muito grande de  
1508 estatísticos, matemáticos, entendedores do tema de carbono. E do outro lado, a gente  
1509 achou o Mauro Zaque, que é um doutor da UNICAMP, que toda a tese de doutorado dele  
1510 foi na municipalização de dados econômicos. Então, ele fez um doutorado, esse  
1511 doutorado já foi aplicado no contexto da ANAC, para você ver portos e aeroportos,  
1512 desculpa, não, só aeroportos, para ver onde você planeja os aeroportos. E ele é um  
1513 doutor nesse tema da municipalização de dados e daí juntou ele junto com a nossa  
1514 equipe de carbono e daí beleza, a gente consegue, então, municipalizar e fazer esses  
1515 inventários municipais. Pode ir passando rapidinho. Aqui acho que é legal conectar com  
1516 alguns objetivos estratégicos do governo. Então, o primeiro que eu trago é o objetivo da  
1517 transição energética da indústria e acelerar a indústria limpa. Então, acho que muitos se  
1518 falam em acelerar o hidrogênio verde, a indústria limpa e tal. A gente vai poder mostrar  
1519 que tal município tem uma indústria mais limpa. Certificar esse município para exportar  
1520 uma indústria mais limpa dentro do contexto do CBAM europeu, por aí vai, porque você

1521 vai conseguir ver por CNAE, por atividade econômica, por município, onde está essa  
1522 emissão. Isso é muito importante para a gente promover a transição energética da  
1523 indústria e defender a indústria brasileira a nível internacional. Mostrar que ela é de fato  
1524 mais limpa e separar, Mauren, o joio do trigo. Mostrar, olha, essa indústria aqui, ela é  
1525 limpa e daí ela às vezes pode passar uma impressão que o desmatamento contamina  
1526 ela, mas não. A gente vai conseguir mostrar pelos fluxos econômicos quem contribui,  
1527 quem não contribui, qual município é mais limpo, qual não é, qual estado é mais limpo,  
1528 qual não é, para eles poderem promover essa agenda da indústria limpa. Então, acho  
1529 que esse é o primeiro grande objetivo. Segundo objetivo, pode passar, que o Manara vai  
1530 trazer muito, é a parte da mudança do uso do solo e a conservação florestal de cada  
1531 município, que também está dentro da metodologia, também a gente vai poder ver quais  
1532 setores da economia estão contribuindo mais ou menos para essa degradação e é um  
1533 dado público, que vai estar com a ANAMMA, vai estar com a ABEMA, você monta um  
1534 sistema de comércio dessa emissão, um sistema de incentivo por trás da preservação,  
1535 você empodera o gestor municipal e o gestor estadual para isso. Então, acho que esse é  
1536 o segundo objetivo. Pode passar? O terceiro, é que com o apoio da ANAMMA, a gente  
1537 se compromete em levar já a prévia para a COP. Então, a gente consegue desenvolver  
1538 isso de maneira muito rápida, porque o nosso time técnico, em grande verdade, já  
1539 desenvolveu todos os insumos para isso. A gente vai ter que fazer um esforço muito  
1540 grande de juntar tudo isso, fazer a municipalização de todos os dados, mas nós já  
1541 mapeamos uma equipe de quase 10 doutores da Unicamp, estamos esperando a  
1542 aprovação do projeto para contratar os caras, colocar todo mundo em uma sala e levar a  
1543 minuta para a COP. O projeto todo vai demorar 18 meses, porque a gente vai ter que  
1544 fazer bastante calibração, principalmente para os pequenos municípios dessa  
1545 desagregação setorial. Nós já estivemos com a equipe técnica do secretário Aloísio,  
1546 discutindo essas questões da variância dos municípios, mas então tem uma segunda  
1547 etapa de validação matemática, mas a minuta a gente já consegue levar para a COP, o  
1548 que eu acho que também é um objetivo grande e estratégico do governo, e reforçando,  
1549 a plataforma vai ser da ANAMMA, mas os dados vão poder ser usados por todas as  
1550 outras plataformas do governo, para incorporar o inventário municipal nesses dados,  
1551 acho que tem muito ganho. Pode passar. Aqui alguns dos valores que eu já falei, então  
1552 dados precisos e acionáveis, capacitação local via ANAMMA, que é muito importante, ou

1553 via ABEMA, para os secretários também dos estados, engajamento da indústria local,  
1554 atração de investimento, algo bem importante de dizer, é que a DEEP é parceira da  
1555 FEBRABAN, isso agora é oficial, a DEEP fechou uma parceria com a Federação  
1556 Brasileira de Bancos, para ser a fornecedora dos dados de inventário, para o cálculo das  
1557 emissões das carteiras de crédito. Existe uma regulação do Banco Central, chamada DR-  
1558 SAC, ela começou a ser implantada em 2021, terminou a implementação agora em 2025,  
1559 e todos os bancos têm que mandar esses dados de emissão para o Banco Central, e  
1560 existe um protocolo internacional, também chamado PCAF, *Partnership for Carbon*  
1561 *Accounting Financials*, que faz essa discussão a nível global de quais são os países  
1562 limpos e sujos para receber os financiamentos climáticos. A DEEP via FEBRABAN está  
1563 recebendo a representação da FEBRABAN para representar o Brasil no PCAF com esses  
1564 dados também de emissão, essas bases de dados. Então, tudo isso conciliado, você  
1565 consegue trazer investimento de um BID, de um AFC, de fundos internacionais. Eu tive  
1566 há duas semanas atrás com um grupo da Europa que está fazendo uma Green Bond  
1567 vinculada à NDC do Paraguai. Então, tem uma discussão lá, o Paraguai nem inventário  
1568 federal está totalmente consolidado, mas vai ser uma Green Bond para consolidar o  
1569 inventário federal do Paraguai, uma NDC e uma Green Bond que, se o país ir atingindo  
1570 metas, você libera financiamento para as empresas daquele país. Imaginem que isso  
1571 pode acontecer com o Estado, isso pode acontecer com o município também, a atração  
1572 do capital internacional para estados e municípios. E aí, pode ir passando bem mais  
1573 rapidinho, porque eu preciso passar aqui para o Manara, tem premissas técnicas e tal.  
1574 Se você for, pode ir passando um atrás do outro, que bem brevemente, então, quem é a  
1575 DEEP, eu falei, mais de 400 clientes da indústria, um pouco do nosso conselheiro de  
1576 especialistas, o Amaro Gomes, foi diretor de regulamentação das empresas públicas,  
1577 aqui alguns pesquisadores, o Mauro da Unicamp, o Weber de Harvard, Marujo do MIT,  
1578 todos eles full time no time da DEEP. Ano passado fizemos 300 inventários corporativos,  
1579 no Brasil devem existir cerca de mil inventários corporativos, a gente fez mais ou menos  
1580 um terço deles, pode passar. Clientes típicos da indústria, temos clientes no exterior  
1581 também, pode passar. Aqui que a gente atende vários bancos, a gente atendia mais ou  
1582 menos metade dos bancos, e daí a FEBRABAN fechou um contrato com a gente para a  
1583 gente atender todos os bancos aqui do Brasil, é uma parceria institucional. Aqui a questão  
1584 das bases de dados, como a gente tem especialidade em produzir fatores e dados para

1585 o Brasil, aqui um fato superinteressante, talvez principalmente para o Ibama, a base do  
1586 PCAF, a base internacional, não tinha os dados de desmatamento, e daí parecia que a  
1587 emissão aqui do Brasil, do financiamento do Brasil, era menor. Quando a gente mostrou  
1588 isso para os bancos e para a FEBRABAN, para a minha surpresa, disseram não, faz a  
1589 conta, inclui, notifica o PCAF que a gente tem que medir certo para depois não ser  
1590 acusado de green washing, a gente incluiu os dados de desmatamento, e daí a emissão  
1591 praticamente dobrou. E daí nos fatores todos de emissão dos cálculos. Então acho  
1592 superinteressante esse fato que os bancos, junto com a DEEP, a gente voluntariamente  
1593 aumentou o nosso fator de emissão para incluir o desmatamento dentro da plataforma  
1594 do PCAF. Pode ir passando. Aqui a parceria com a FEBRABAN, temos parceria também  
1595 com outras entidades de classe dentro do contexto do SBC, como a ABQM, pode ir  
1596 passando, e agora pode passar mais, aqui pode passar super rápido, tem o módulo de  
1597 resíduos urbanos para pegar os dados de metano de emissão, pode passar, então a  
1598 gente vai colocar bastante esforço nos dados de metano, pode passar, aqui tem telas já  
1599 de como é que é a plataforma para o gestor municipal, sem problema nenhum desses  
1600 dados passarem para outras plataformas e ter essa integração de dados, eu acredito que  
1601 os dados, quanto mais integrados, melhor, e pode ir passando, eu queria que você  
1602 passasse bem para o final, pode ir indo, pode passar mais. Só para trazer aqui. Por favor,  
1603 pode voltar duas, só para trazer o exemplo da granularidade setorial. Então ali no agro,  
1604 arroz, milho, algodão, cana, soja, outros produtos da lavoura temporária, laranja, café em  
1605 grão, outros produtos da lavoura permanente, bovinos, leite de vaca, suínos, aves e ovos,  
1606 produto de exploração florestal e silvicultura, pesca e agricultura, imagina isso de  
1607 emissão para cada município, isso é só do agro. Você continua, então, alumínio,  
1608 magnésio, tal, tudo ali. Em muitos municípios, o gestor municipal vai olhar esse negócio  
1609 e vai saber, cara, tem essas três empresas aqui que estão 50% do inventário do meu  
1610 município. E daí com o treinamento da ANAMMA, que o Manara já fez essa experiência  
1611 em São José, deixa eu bater lá na porta dessas empresas para financiar aqui as  
1612 nascentes do município, ver onde é que a gente consegue trabalhar com os dados de  
1613 inventário na mão. Então, por favor, secretário Manara, passo a palavra para o senhor.

1614 **O SR. MARCELO MANARA – CONVIDADO (Secretário de Urbanismo e**  
1615 **Sustentabilidade - SP)** - A intenção de usar um sistema, eu já estava puxando o saco  
1616 aqui, esse daqui agora passa a ser orgasmiante esse negócio daqui, mas muito bom,

1617 porque realmente está sendo uma experiência muito bem-sucedida, essa questão trazida  
1618 na parceria com a DEEP. E o que aconteceu em São José dos Campos? Em junho de  
1619 2024, o ministro de Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia, na verdade, de Portugal,  
1620 veio ao Brasil para trazer a informação de que a comunidade europeia estaria nesse ano  
1621 agora, em 2025, investindo 2 bilhões de euros no programa Município Carbono neutro da  
1622 Europa. Decidiram convidar o município brasileiro IPT, FAPESP e USP convidaram o São  
1623 José dos Campos e, em junho de 24, nós, conversando com o prefeito Anderson, vamos  
1624 tatear esse assunto. Ficamos seis meses em negociações e aí surgiu essa oportunidade  
1625 através do Parque de Inovação Tecnológica em São José dos Campos, trazemos essa  
1626 expertise de entendimento da questão do primeiro passo e essencial, que é inventariar.  
1627 Você não controla, você não atua naquilo que você desconhece. E a DEEP, oferecendo  
1628 essa metodologia robusta, um inventário a cada três no Brasil, todo esse corpo técnico  
1629 que o Arthur apresentou aqui, nos deu a segurança de, em dezembro de 2024, assinar o  
1630 termo de adesão. E isso provocou a criação de um CCD, que já está em atuação, pilotado  
1631 pelo IPT-FAPESP-USP, com 37 instituições, mais de 100 pesquisadores, para definir a  
1632 rota metodológica do que é uma cidade carbono neutra no Brasil. Então, você entrar no  
1633 Google, aí você vai ver um monte de cidades que já se anuncia carbono neutro, mas com  
1634 base científica, sólida, metodológica, esse vai ser o primeiro esforço e, como eu disse,  
1635 em parceria com a comunidade europeia. Mas, ao fazer o inventário de São José dos  
1636 Campos, através desse esforço com a DEEP e Parque Tecnológico, nós lançamos no  
1637 Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 5 de junho, o programa Cidade Carbono Neutro. Eu  
1638 deixei aqui esse folder com a mesa diretora, mas está prontamente disponível para todos  
1639 aí no site, enfim, no acesso público da Prefeitura de São José dos Campos. E várias  
1640 iniciativas, já foi possível. Então, São José dos Campos, por exemplo, tem um manual de  
1641 sustentabilidade do Código de Obras. E isso passou já a promover políticas públicas.  
1642 Saber, ter o inventário de emissões, já possibilitou que nós internamente já  
1643 desempenhássemos políticas públicas inovadoras, como, por exemplo, em São José dos  
1644 Campos, para você ter a reforma da sua casa, construção de um prédio, shopping center,  
1645 indústria, hospital, qualquer ambiente construído, você tem que, para ter o seu projeto  
1646 analisado e aprovado no município, ser um projeto, uma obra carbono neutro. Já é política  
1647 pública. Então, só para dar um exemplo de como esse assunto está avançando a passos  
1648 largos, nesse sentido de São José efetivamente se constituir a primeira cidade carbono

1649 neutro no Brasil. E, como eu disse, o inventário foi fundamental. E a participação da  
1650 ANAMMA passa a ser uma estratégia fundamental. Por quê? São José é uma cidade  
1651 estruturada, uma cidade que tem corpo técnico, nós podemos absorver essas  
1652 informações, articular com as empresas locais. Então, nós já temos acenos de parceiros  
1653 potenciais, como, por exemplo, a Petrobras. Petrobras estava conosco, na coletiva de  
1654 imprensa, anunciando que a refinaria de São José dos Campos estará presente nessa  
1655 estratégia de neutralização de carbono da cidade. Assim como a Embraer, a General  
1656 Motors, a Bayer, todas anunciando. Eu estou recebendo ligações de fazendeiros em São  
1657 José dos Campos falando, olha, eu quero participar aí da adesão, participar do programa  
1658 Cidade de Carbono Neutro de São José dos Campos. Então, criou-se uma ampla  
1659 expectativa de acolhimento da estratégia e nós estamos com muito empenho, mas, como  
1660 eu disse, São José dos Campos tem as indústrias que já estão no ESG, tudo. Como fazer  
1661 isso para os outros seis mil municípios? É aí que entra esse outro golaço da ANAMMA.  
1662 A ANAMMA propor esse projeto e a ANAMMA, pela capilaridade que tem, pelo acesso,  
1663 pelo olho no olho que tem com os municípios no Brasil, levar essa possibilidade, essa  
1664 dimensão dos ganhos a partir de um inventário do reconhecimento das emissões de cada  
1665 município brasileiro. Então, esse é um casamento perfeito para que a gente possa, e eu  
1666 diria mais, sem esse esforço, que nós entendemos que seja um processo de  
1667 conscientização, cidade por cidade, eu digo seguramente que em 50 anos nós não vamos  
1668 ter o alcance que esse projeto se propõe a fazer. Por que isso? Porque quem está na  
1669 gestão pública do município sabe, o cotidiano é avassalador. Os prefeitos estão  
1670 empenhados e com preocupações na saúde, na educação, no transporte público. O  
1671 assunto das emissões e do carbono não será, eu digo, nem no Rio Grande do Sul. Nessa  
1672 velocidade, nessa estratégia, nessa metodologia, não terá esse alcance nessa escala,  
1673 nessa cronologia de acontecimentos que esse projeto se propõe. Então nós estamos  
1674 conciliando aqui a ciência, a academia, com acreditação internacional, essa metodologia  
1675 tem acreditação internacional, com a capilaridade da ANAMMA, o acesso aos prefeitos.  
1676 Obrigado.

1677 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1678 Obrigado, Manara. Vou passar a palavra agora para o Mário e com rapidez, porque o  
1679 adiantar da hora está muito já. Palavra com o Mário Mantovani.

1680 **O SR. MÁRIO MANTOVANI** - Bem rápido. Quando o Manara me convidou para conhecer  
1681 essa experiência, nós tínhamos preocupação, eu principalmente, que a ANAMMA tem  
1682 parceria com o SEG, com o MapBiomas, com vários desses que já fornecem  
1683 informações. Qual a diferença? Que vantagem que a gente vai ter? Quando passou a  
1684 questão do CNAE, em que a gente foi ver, aí apareceu desdobramentos como, por  
1685 exemplo, o TCFA. Então você pega São José dos Campos, 20 mil empresas, tem cento  
1686 e tantas que pagam o TCFA. Temos aí uma oportunidade, inclusive, de levantar recursos  
1687 com a ANAMMA, com todo mundo, para que esse recurso venha também para o  
1688 município. É uma vergonha a lista que tem hoje da taxa de fiscalização e controle  
1689 ambiental com a atividade do CNAE. O que mostrou efetividade e que a gente resolveu  
1690 trazer isso para cá, para dizer, vamos lá no Ministério, vamos falar com o Capobianco,  
1691 vamos falar com a Luíza, com todo mundo, com o Ibama, a gente já esteve lá, era  
1692 justamente para mostrar o seguinte, precisamos de alguma coisa que dê transparência  
1693 na questão das emissões. Todo mundo quer falar que é desenvolvimento sustentável,  
1694 carbono zero e tal, mas tinha que ter essa metodologia, é isso que a gente trouxe e  
1695 agradecer. É impressionante, o Arthur, quando apresenta, eu já, na primeira, já falei,  
1696 estamos dentro, vamos fazer. É isso aí.

1697 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - É isso  
1698 aí pessoal, estamos trabalhando na efetivação da política de contratação, o Ministério  
1699 ficou muito interessado, as questões das NDCs do Ministério e das nossas metas, isso  
1700 aí influencia efetivamente. Nós estamos fazendo um levantamento da emissão de metano  
1701 dos lixões do Brasil, que ainda tem 2.300 lixões a céu aberto com a emissão de metano  
1702 fora do comum. E essa, vamos fazer um POC, o Arthur já está cuidando, para mostrar  
1703 um aterro sanitário que ele emite e o que é que um lixão está emitindo, para que a gente  
1704 possa ter dados. Levamos já para a ABRAMPA, para a Associação Brasileira dos  
1705 Membros do Ministério dos Públicos Ambientais, ficaram de marcar uma data já para a  
1706 gente fazer essa apresentação, para ser usado já na remediação e nos fechamentos dos  
1707 lixões. É isso que a ANAMMA está trazendo, está à disposição. Qualquer dúvida, Mauren,  
1708 seu Estado tem um potencial para receber esse programa muito grande, Rio Grande do  
1709 Sul, todos. Nosso amigo Thomaz, lá em São Paulo, a gente está sempre à disposição  
1710 para fazer uma apresentação também para você, Thomaz, para todos os Estados que  
1711 queiram. A ANAMMA se disponibiliza a mostrar e abrir para que a gente possa montar

1712 essas apresentações no Brasil afora. Obrigado, Arthur, obrigado Manara, parabéns pela  
1713 condução lá em São José dos Campos, dessa questão das emissões. Agora, vamos ouvir  
1714 o próximo item da pauta. O Programa Nacional de Capacitação para os Gestores do  
1715 PNC, com o nosso querido Ricardo Hyaponik, que vivia na questão dos mares, um  
1716 parceiro da ANAMMA, e é um prazer imenso, Ricardo, hoje revê-lo, e ter você aqui  
1717 cuidando nessa nova etapa. Conte conosco, conte com a ANAMMA no que for preciso  
1718 para desenvolver sua plataforma, desenvolver todas essas ações. Obrigado.

1719 **A SRª NÁDIA – CONVIDADA (Analista Ambiental - MMA)** - Bom dia, boa tarde a todos.  
1720 Eu só queria introduzir um pouco a temática aqui. Eu sou Nádia, sou analista ambiental  
1721 aqui do Ministério do Meio Ambiente e estou coordenadora geral do Departamento de  
1722 Educação Ambiental e Cidadania. O Programa Nacional de Capacitação de Gestores,  
1723 talvez seja uma oferta que vocês já conhecem, porque é um programa que nasce da  
1724 Tripartite lá no início dos anos 2000, e que tem já um grande acúmulo ao longo desses  
1725 anos, mais ou menos desde 2014 ele migrou para o DE enquanto um programa sob  
1726 nossa gestão, e desde então a gente está tentando fazer articulação de várias formas  
1727 possíveis até então, e nessa nova gestão a gente está retomando a nossa articulação  
1728 com várias esferas, muito com a sociedade civil, estamos tentando uma ação mais  
1729 contundente agora com câmaras de vereadores, então a gente também está chegando  
1730 nesse espaço territorial nos municípios, e retomar esse programa de capacitação de  
1731 gestores é fundamental para a gente, porque a gente sente que as políticas públicas para  
1732 chegarem precisam da mão forte dos municípios, e isso conversa um pouco com o que  
1733 o secretário estava falando agora há pouco, sobre a diversidade dos municípios, as  
1734 diferenças que eles têm de implementação das próprias políticas, de capacidade técnica,  
1735 uma série de questões, então o Programa Nacional de Capacitação de Gestores ele vem  
1736 na intenção de a gente juntar esforços nessa perspectiva da formação dos gestores  
1737 locais, dos gestores dos territórios, para que a gente possa fazer as políticas públicas  
1738 chegarem inclusive naqueles municípios que têm mais dificuldade de implementar as  
1739 políticas. Então é isso, nesse primeiro momento a gente contratou um consultor, que é  
1740 amplamente conhecido aqui pelo sistema, e aí agradecer a Tripartite da gente...  
1741 Aprovado? Perfeito! É isso que a gente queria! A gente trazer uma pessoa que pudesse  
1742 compor com a gente nesse sistema particular, de forma complexa, que os nossos  
1743 parceiros, então agradecer a Tripartite pela oportunidade de a gente apresentar aqui. E

1744 é o Ricardo, então o Marçal já apresentou ele, não precisava, e ele vai falar um pouquinho  
1745 então sobre o programa, como que a gente consegue contar com vocês nessa  
1746 articulação, agradecer também a Marcela, que tem sido parceira fundamental para a  
1747 gente poder implementar esse programa de novo, e passo a palavra então para o  
1748 Ricardo.

1749 **O SR. RICARDO HYAPONIK (DEA – SECEX - MMA)** - Muito bom dia, uma felicidade  
1750 imensa rever colegas aqui municipalistas, sempre falo, a gente tenta fugir da agenda,  
1751 mas a agenda não foge da gente, então que bom estar aqui de novo com vocês, e no  
1752 locus de discussão extremamente importante que é a Comissão Tripartite, então imensa  
1753 satisfação, obrigado Marcela, obrigado Mônica, obrigado Marçal pela oportunidade de  
1754 estar aqui um pouco para, enfim, bem brevemente mesmo, até por conta do avanço do  
1755 horário, falar um pouquinho desse momento, acho que é um momento extremamente  
1756 estratégico, e que até foi muito oportuno ser nesta reunião, porque todas as ações que  
1757 foram discutidas aqui, eu acho que tem tudo a ver com o novo momento do Programa  
1758 Nacional de Capacitação, porque ele busca justamente ser um catalisador dessa  
1759 consolidação, sobretudo em nível local das políticas públicas de meio ambiente. Então,  
1760 e nada mais justo de que a gente busque essas experiências, distintas experiências  
1761 expertise acumuladas das instituições aqui representadas, e outras tantas que a gente já  
1762 vem conversando. Então, qual que é a ideia desse programa? E até fiz umas perguntas  
1763 aqui. Como que a gente pode alimentar o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental?  
1764 Como que a gente implementa a nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental, ou as  
1765 diretrizes para a elaboração dos planos de adaptação e mudança do clima no Brasil?  
1766 Como que a gente utiliza o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente?  
1767 Ou o próprio Sistema Nacional de Logística Reversa? E como que a gente integra todas  
1768 essas políticas em âmbito local? E até como elaborar um inventário municipal de gás de  
1769 efeito estufa? Então, o PNC está aí para ser realmente um grande vetor, um indutor  
1770 desses conteúdos, desses conceitos. Então, a ideia realmente é dar um suporte para  
1771 tudo o que foi discutido aqui. E não só isso, buscar outros temas que são extremamente  
1772 importantes para as instituições, mas, sobretudo, para o país. Eu acho que um dos  
1773 grandes desafios que a gente vai ter é fazer a eleição de qual tema a gente priorizar. Até  
1774 porque o nosso trabalho aqui é bem célere. Então, vou apresentar aqui. Se puder até  
1775 voltar no primeiro slide, Mônica. Pode voltar só no segundo slide, por favor. Isso. Só para

1776 dizer rapidamente aqui para vocês o contexto dessa consultoria. A gente está nesse  
1777 produto 1. A consultoria começou há pouco mais de duas semanas. Então, a gente está  
1778 nesse momento diagnóstico da avaliação dos cursos que já existem, o conteúdo já  
1779 existente. Mas, ao mesmo tempo, também a gente já está praticamente o questionário  
1780 elaborado para disparar aí para todos vocês. Porque a ideia aqui do PNC é que ele não  
1781 gere mais conteúdos do que já existam. Ele possa ser inclusive uma plataforma para criar  
1782 essa sinergia e harmonia dos conteúdos que já estão disponíveis. Que são muitos.  
1783 Inclusive, nesse questionário, a gente até pede a gentileza para todos vocês. Um dos  
1784 itens é inclusive indicar links que possam ser criados conexões ou inclusive  
1785 encaminhamentos dentro da própria plataforma. Além disso, também a gente está  
1786 fazendo uma série de reuniões. Já fizemos com a ABEMA, com a Câmara Técnica que  
1787 trata da Educação Ambiental, com a própria ANAMMA, como a Cira Arruda e também  
1788 com o próprio departamento do SISNAMA. Mas também temos reuniões hoje, amanhã e  
1789 depois com vários outros departamentos e ministérios. Inclusive, a própria Anna, a gente  
1790 entende que hoje um dos caminhos mais efetivos para se chegar no território é a gestão  
1791 de recursos hídricos. Sobretudo por conta dos comitês. E aproveitando essa deixa dos  
1792 comitês, a questão dos conselhos municipais são extremamente importantes justamente  
1793 para a gente tentar consolidar o que eu acho que é o grande trunfo do PNC, que é ser  
1794 uma política de Estado, não uma política de gestão ou de governo. Independente de  
1795 governo entra, governo sai, a gente sempre precisa capacitar as pessoas que estão  
1796 envolvidas dentro do SISNAMA. E aí destaque que foi muito bacana as conversas que a  
1797 gente já fez, porque todo mundo ficou empolgado porque sempre precisa ter um curso,  
1798 sempre precisa ter uma plataforma para a gente se atualizar, mas também até para reunir  
1799 informações. Então a gente está com algumas ideias aí que a gente espera que em breve  
1800 a gente possa estar voltando aqui para trazer para vocês um pouco mais esmiuçados.  
1801 Mas a ideia realmente é, obviamente, depois deste diagnóstico, é a gente avançar na  
1802 estratégia pedagógica e metodológica desse curso. E por fim, obviamente, com base no  
1803 diagnóstico e na estratégia desenvolvida, é chegar no curso propriamente dito. Que se  
1804 tudo der certo, a gente quer dar de presente de Natal para o Brasil. Então realmente o  
1805 prazo é curto, por isso que eu gostaria, na sequência, até peço já a licença para todos  
1806 vocês que colocaram o e-mail aqui na lista, a gente disparar depois o questionário e vocês  
1807 puderem na maior brevidade possível responder, porque a gente está correndo contra o

1808 tempo. Acho que o Mário sempre falou para mim, trocar o pneu furado com o carro  
1809 andando. Então a gente está fazendo isso e esses temas todos que a gente conversou  
1810 aqui, eles não poderiam estar fora desse novo momento. Próximo slide. Só para mostrar  
1811 para vocês mais uma vez a versatilidade que é o PNC. Então aqui tem alguns temas  
1812 emergentes. Óbvio que o PNC não pode fugir de algumas coisas. Por exemplo, uma parte  
1813 mais dura e fria que é a institucionalização da agenda ambiental em âmbito municipal,  
1814 como a criação das secretarias que a gente ainda vê Brasil afora, que a área de meio  
1815 ambiente ainda está dentro de um departamento com uma “equipe”, muitas vezes. Além  
1816 disso, a própria questão do fundo, não tem como fazer muita coisa sem recursos, então  
1817 o fundo municipal de meio ambiente é extremamente importante. E o conselho que eu já  
1818 mencionei aqui também, um locus de discussão extremamente importante. Mas além  
1819 disso, outros temas emergentes, estratégicos, como justiça climática, racismo ambiental,  
1820 a própria adaptação, que a gente tem, mais uma vez, como eu falei, uma legislação nova.  
1821 E eu acho que um grande chamariz para o PNC, e aí uma opinião técnica pessoal que a  
1822 gente tem trabalhado dentro dessa consultoria, é a nova lei de licenciamento ambiental.  
1823 Acho que ela pode ser um grande chamariz para a gente atingir os municípios. Acho que  
1824 o grande desafio das ações que a gente faz aqui em Brasília é dissipar por todas as 5.700  
1825 cidades, Brasil afora. E a gente está tratando com carinho, e aí eu trago toda essa  
1826 experiência da ANAMMA, que é olhar para os perfis dos municípios. Eu sou de um  
1827 município pequeno, sou de Itapoá, litoral norte de Santa Catarina, e é um município que  
1828 está em ascensão, mas a gente ainda tem por volta de 35 mil pessoas, mas a gente tem  
1829 praticamente 50% dos municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes. Então, a  
1830 gente fala isso para destacar, por exemplo, limitações, inclusive técnicas, de  
1831 computadores, às vezes, às vezes divide um e-mail com várias secretarias. Então, tudo  
1832 isso a gente está tentando absorver dentro desse novo momento do PNC, que quer  
1833 acompanhar ao mesmo tempo toda essa atualização da legislação, mas sem esquecer  
1834 aqueles que mais precisam. Então, pela oportunidade, muito obrigado. Em breve vocês  
1835 vão receber o questionário. Obrigado.

1836 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1837 Obrigado, Ricardo, é um prazer imenso saber que você está tocando com sua  
1838 competência esse projeto. Tenho certeza que vai dar um bom resultado e nós vamos  
1839 ficar aguardando ansiosamente por você. Vou passar a palavra agora para a Cláudia.

1840 **A SRª CLÁUDIA JEANNE** - Eu fiquei... Desculpa, Marcela.

1841 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Desculpa, só antes de passar  
1842 a palavra... Ah, Cláudia. Desculpa, achei que era a Gabriela, não.

1843 **A SRª CLÁUDIA JEANNE** - Vou ser breve também. Eu fico segurando para não falar,  
1844 mas eu não...

1845 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** -  
1846 Acostumando, prefeita...

1847 **A SRª CLÁUDIA JEANNE** - Eu, nos anos 2000, trabalhei no Programa Nacional do Meio  
1848 Ambiente, PNMA. Eu era temporária aqui no Ministério. Já ouviu falar, não é? E a gente  
1849 trabalhava com material do PNC. Até hoje eu tenho guardado o material sensacional  
1850 nessa época, tudo em papel, evidentemente. Então, eu queria primeiro dizer da  
1851 satisfação de ver o PNC, a tripartite como um todo, mas o PNC voltando. Eu só queria  
1852 fazer duas ponderações, que, assim, você falou, Ricardo, da Lei Geral do Licenciamento,  
1853 mas tem uma coisa que me angustia, que é levar para essa plataforma políticas públicas  
1854 em andamento, políticas públicas da área ambiental. É um trabalho que no licenciamento  
1855 a gente vai tentar fazer, mas é tudo muito, como diz o Mário, trocando as coisas em  
1856 andamento. Mas é associar um conjunto de condicionantes, um conjunto de problemas  
1857 ambientais, que às vezes ficam soltos, na medida do possível, há uma série de políticas  
1858 ambientais que estão em andamento. Então, eu acho que uma formação continuada, de  
1859 alguma forma, associada às políticas públicas, para que elas possam ter no município,  
1860 que é uma das coisas um pouco mais de realidade. E só dizer também do CNAE, que foi  
1861 um trabalho lindo que foi feito no Ibama, acho que o pessoal lá da Ticoá, lá da Rosângela,  
1862 que hoje a gente também tem trabalhado espelhado no CNAE, que é o que a gente tem  
1863 de mais institucional.

1864 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** - Ótimo.  
1865 Passar para a Marcela.

1866 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Então, eu queria agradecer a  
1867 fala do Ricardo, dizer que a gente fez uma consulta com os municípios, para levantar os  
1868 temas, e foram centenas de respostas, acho que a gente teve mais de 400...

1869 **O SR. RICARDO HYAPONIK (DEA – SECEX - MMA) - 1.578.**

1870 **A SR<sup>a</sup> MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA) - 1.578** respostas dos municípios.  
1871 Então, essa nova consulta, ela parte dessa base dos municípios, para a gente entender  
1872 que eu tenho conversado um pouco com o Ricardo, vamos pensar em cinco temas para  
1873 começar. Essa é uma agenda que vai ser construída gradativamente, a gente está  
1874 retomando. Não é fácil retomar a essa altura do campeonato, mas, assim, por que eu  
1875 tenho insistido em trazer esses temas para a tripartite? Porque eu acho que a tripartite  
1876 tem que ser a guardiã institucional da continuidade desses programas, seja da  
1877 construção do SINIMA, seja do PNC. E aí, trazendo só um informe, também, que a gente  
1878 tenha o projeto com o IPEA, que está discutindo, fazendo diagnóstico sobre o SISNAMA,  
1879 para pensar em um plano de governança ambiental, para que a gente possa pensar em  
1880 como esses eixos se estruturam. Então, a gente tem a finalização, esse mês, do trabalho  
1881 de diagnóstico do IPEA. E, ainda esse mês, a gente vai fazer a proposta de uma oficina,  
1882 para fechar, discutir os resultados com a ABEMA e com a ANAMMA. Vai ser muito  
1883 importante a gente se organizar para todo mundo estar presente. Uma oficina menor em  
1884 um primeiro momento, mas que eu acho que a gente tem que também correr contra o  
1885 tempo, porque não dá para esperar a próxima tripartite para a gente debater isso, está  
1886 bem? Então, obrigada, Ricardo. Fico feliz que a gente está retomando o PNC aqui.

1887 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) - Bom,**  
1888 vamos para o último item da pauta, pagamento por serviços ambientais. O Gustavo está  
1889 online e vai fazer a apresentação. Gustavo, a palavra está com você.

1890 **O SR. GUSTAVO LOPES - Bom dia, bom dia a todos e todas. Vocês estão me ouvindo**  
1891 bem aí, gente?

1892 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) - Sim.**

1893 **O SR. GUSTAVO LOPES -** Eu vou compartilhar aqui. Eu havia... Eu estou aqui  
1894 substituindo a Gabriela [ininteligível], que ela não pôde vir, devido a uma questão de  
1895 agenda. E ela pediu aqui para eu fazer uma apresentação, senhores e senhoras, sobre  
1896 a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Eu havia preparado aqui um  
1897 pouquinho, uma introdução do que é a política, mas, pelo andar... Pelo horário aqui, eu

1898 vou passar rapidamente, a partir daqui. Os senhores estão vendo como uma  
1899 apresentação? Ou está no...

1900 **A SRª MARCELA MORAES (Diretora do DSISNAMA)** - Estamos vendo.

1901 **O SR. GUSTAVO LOPES** - Ótimo. Então, a Política Nacional de Pagamentos por  
1902 Serviços Ambientais foi instituída pela lei 14.119 de 2021. E aqui, a gente trouxe um  
1903 esquema só para dar um panorama geral. Deixa eu voltar aqui. A lei, no caso, define aqui  
1904 os objetivos, as diretrizes e as ações da política. Introduz também, institui o Cadastro  
1905 Nacional e o Programa Federal, que é o que a gente está tentando fazer agora no  
1906 regulamento que estamos construindo. Eu vou falar com os senhores e senhoras um  
1907 pouquinho mais para frente. Então, o que a gente espera com a Política Nacional de  
1908 PSA? Melhorar a conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas,  
1909 geração de renda e redução das desigualdades, comprometimento dos compromissos  
1910 globais, inovações e práticas produtivas sustentáveis. O decreto que estamos  
1911 construindo, ele é dividido nesses sete capítulos. A gente fez agora uma consulta pública,  
1912 que eu vou apresentar para vocês aqui de modo bem rápido e estratégico as principais  
1913 contribuições que a gente recebeu. E aqui é importante ter essa visão de como que a  
1914 gente está visualizando a Política Nacional de Pagamentos e Serviços Ambientais. Como  
1915 eu disse, existe o Programa Federal, existe o Cadastro Nacional de Pagamentos e  
1916 Serviços Ambientais e no decreto a gente está criando uma Rede Nacional de  
1917 Conhecimentos, que é para fazer essa gestão de conhecimento que a gente tem hoje  
1918 sobre pagamentos e serviços ambientais. Então, o Programa Federal, ele conta com um  
1919 órgão gestor, que é o Ministério do Ambiente e Mudança do Clima, e um comitê gestor  
1920 tripartite entre sociedade civil, os sistemas produtivos e o governo, o governo federal. E  
1921 dentro da Política Nacional também existem as iniciativas municipais, estaduais, que a  
1922 gente está tomando cuidado na regulamentação de que a gente fortaleça essas  
1923 iniciativas que já existem, que a Política Nacional e nem o Programa Federal atrapalhem  
1924 as iniciativas que estão em andamento. Então, a gente está tomando esse cuidado aqui  
1925 no decreto. Eu vou passar rapidamente essas partes, que era o que eu dava um  
1926 panorama um pouquinho mais detalhado do que tem no decreto, para ir para a consulta  
1927 pública. Eu acho que é o que a gente está agora fazendo a consolidação e recolhendo  
1928 aqui todas as contribuições que a gente recebeu. A consulta pública, ela ficou aberta

1929 durante o mês de junho e julho, foram 45 dias de consulta pública na plataforma Participa  
1930 Mais Brasil. E lá na plataforma a gente recebeu quase 800 contribuições. Depois que a  
1931 gente fez um filtro, retiramos as repetidas e pegamos os anexos que tinham outras  
1932 contribuições que a gente recebeu além das plataformas, no fim foram 828 contribuições  
1933 no total da consulta pública. Um volume bem extenso de contribuições. A gente  
1934 conseguiu terminar aqui agora na semana passada fazer uma consolidação um pouco  
1935 mais completa de tudo isso e aí eu vou apresentar aos senhores e senhoras aqui para  
1936 frente mais ou menos o que a gente teve de sugestões aqui do decreto. As contribuições  
1937 foram divididas dessa forma aqui no decreto que eu apresentei dos capítulos, então a  
1938 gente pode ver aqui o capítulo do Programa Federal do Comitê Gestor e do Cadastro  
1939 Nacional foram os que tiveram mais contribuições. Aqui a gente fez um gráfico no formato  
1940 de pizza e dá para ver mais ou menos. As contribuições 30% delas foram para o  
1941 Programa Federal então foi o foco maior aí que a sociedade civil, os setores produtivos  
1942 se debruçou no momento das contribuições. Aqui temos os principais atores que  
1943 contribuíram na consulta pública então a gente teve o setor privado do agronegócio,  
1944 proprietários de RPPN, empresas de tecnologias de descarbonização, nas sociedades  
1945 civis cooperativas tivemos aqui associações de pescadores artesanais, instituições de  
1946 pesquisas, populações ribeirinhas, povos e comunidades tradicionais, tivemos várias  
1947 associações cooperativas, fundos comunitários fizeram contribuições também e  
1948 proprietários de imóveis rurais, moradores de áreas urbanas e periurbanas também teve  
1949 aqui um impacto grande na consulta pública. Eu vou passar então alguns pontos mais  
1950 gerais e importantes que tivemos ao longo aqui do decreto. Nas disposições gerais  
1951 tivemos algumas contribuições falando de incluir reconhecimento de comunidades e  
1952 povos tradicionais que não estava muito claro no decreto, questões de governança e  
1953 transparência que também eles sentiram que não estava muito claro no decreto,  
1954 principalmente questões da LGPD, na parte do cadastro, ter aqui uma coerência  
1955 normativa com leis já existentes como o SNUC. Também houve algumas contribuições  
1956 de redação muito técnica que pediram para dar uma suavizada para ficar um  
1957 entendimento um pouco melhor. Seguindo, na política também tivemos aqui algumas  
1958 contribuições para que tenha metodologias mais claras, pediram também uma questão  
1959 da gente definir alguns termos que estavam no decreto, então fazer um glossário no início  
1960 do decreto para definição desses termos, para ficar um pouco mais entendível de modo

1961 geral para todo mundo, tirar um pouco dessa nomenclatura, nessa redação um pouco  
1962 mais técnica que a gente acaba usando às vezes. No programa federal, que foi onde a  
1963 gente teve aqui o maior volume de contribuições, foram 242, 30% das contribuições foram  
1964 aqui no programa federal, então no programa federal, os três artigos que mais tiveram  
1965 contribuições foram no artigo 6º, que são das ações elegíveis do programa federal. Então,  
1966 pediram para isso incluir algumas ações que a gente não havia pensado anteriormente.  
1967 A questão do público prioritário, pediram a questão de uma isonomia um pouco melhor,  
1968 um fortalecimento também da população das áreas urbanas e periurbanas, das  
1969 salvaguardas pediram para que a gente botasse no decreto uma base legal das  
1970 salvaguardas, no decreto estava um pouco vago nessa parte, porque a gente pensou em  
1971 deixar isso mais para a questão do comitê gestor, mas pediram para que se colocasse  
1972 isso no decreto de forma mais clara. E a questão de recurso, monitoramento das ações  
1973 e dos projetos que teriam no programa, pediram também para que se colocasse um  
1974 pouco mais claro, o artigo oitavo fala sobre uso dos recursos em áreas de unidades de  
1975 conservação, por exemplo, então foi um ponto importante que a gente teve contribuições  
1976 aqui dos colegas do ICMBio. Tivemos contribuições também de algumas associações  
1977 cooperativas falando sobre essa questão do uso dos recursos de PSA nas unidades de  
1978 conservação. Então, esse foi um ponto bem discutido aqui na consulta pública, que a  
1979 gente está levando também para o grupo de trabalho de PSA que a gente instituiu tem  
1980 um mês. E no comitê gestor, as principais contribuições que a gente recebeu foi de ter  
1981 uma participação mais ampla da sociedade civil, uma questão de cuidados com questões  
1982 de gênero, a gente previu uma participação maior feminina, dos jovens e de lideranças  
1983 já consolidadas da sociedade civil. Então, tivemos um cuidado de tentar da forma mais  
1984 justa possível incluir todo mundo. Existe uma questão do comitê gestor que a gente tem  
1985 que tomar cuidado, porque, por lei a gente precisa ter um balanceamento tripartite entre  
1986 o governo, sociedade civil e setor produtivo, então a gente tem que sempre pesar um  
1987 pouco para conseguir encaixar todo mundo para que o comitê nem fique muito inchado,  
1988 mas também que ele tenha uma representação boa e ampla aqui da sociedade brasileira  
1989 para estar junto com a gente aqui nas discussões da política e do programa. No cadastro  
1990 nacional tivemos algumas questões muito focadas na segurança de dados, proteção de  
1991 dados, porque o cadastro vai envolver alguns dados sensíveis, porque o cadastro ele vai  
1992 funcionar como um banco de dados dos projetos e programas de PSA.

1993 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
1994 Gustavo.

1995 **O SR. GUSTAVO LOPES - Oi?**

1996 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -** Dá  
1997 uma andadilha por conta do adiantar da hora, por favor.

1998 **O SR. GUSTAVO LOPES -** Sim, estou finalizando aqui o cadastro, depois do cadastro  
1999 questões da LGPD e de alguns outros sistemas que até foram apresentados aqui durante  
2000 a reunião que a gente precisa fazer essa integração. E na parte de financiamentos, acho  
2001 que o ponto mais interessante aqui de trazer foi o pedido que o pessoal está pedindo  
2002 para a gente tentar criar um fundo específico de PSA, isso é algo que a gente tem  
2003 discutido, mas envolve outras questões burocráticas e legislativas que precisam ser  
2004 levadas em conta, mas isso acho que foi o ponto principal e crucial que trouxeram para  
2005 nós aqui na questão de financiamentos e incentivos. Disposições gerais, basicamente o  
2006 que veio de tudo, a gente fez um pequeno resumo aqui, inclusão e representatividade,  
2007 monitoramento e fiscalização e o financiamento; E os próximos passos aqui, como eu  
2008 disse, a gente tem um grupo de trabalho agora de PSA que já tem uma semana, já  
2009 terminamos agora a consolidação, estamos fazendo a revisão da minuta à luz dessas  
2010 contribuições, a gente vai levar isso para o grupo de trabalho para discutir que existem  
2011 alguns pontos que a gente precisa discutir com outras secretarias aqui do Ministério, com  
2012 o Ibama, com o ICMBio, então o grupo de trabalho tem a representação de todas as  
2013 secretarias do Ministério e todas as vinculadas. Então, a gente está com uma discussão  
2014 bem ampla e participativa lá. Então, posteriormente em paralelo, na verdade, estamos  
2015 em articulação com a Casa Civil e com o Ministério da Fazenda para que a gente consiga  
2016 fazer a publicação do decreto, feitas as revisões e as inclusões aqui à luz da consulta  
2017 pública e as discussões no GT, que já estão um pouco avançadas, vamos ter uma reunião  
2018 hoje à tarde para isso e a articulação com o Ministério da Fazenda e a Casa Civil a gente  
2019 espera que a gente consiga publicar esse decreto até o final desse ano para que a gente  
2020 consiga colocar o regulamento e começar a trabalhar para a construção do Programa  
2021 Federal e da Política Nacional de PSA. Então, era isso que eu tinha para apresentar para  
2022 os senhores e senhoras, meu nome aqui, Gustavo, tem nosso e-mail, caso alguém tenha

2023 alguma dúvida, e tem o site também que tem algumas informações um pouco mais  
2024 completas lá, caso alguém tenha interesse de dar uma olhada. A gente vai colocar as  
2025 apresentações de consolidação da consulta pública lá, completa, esse aqui foi só um  
2026 pedacinho, a gente tem uma apresentação muito mais ampla, muito mais... Com todas  
2027 as contribuições que a gente tem, com algumas sugestões que a gente já está fazendo  
2028 também, com alguns ponderamentos que está tendo do grupo de trabalho, a gente vai  
2029 colocar tudo lá no nosso site, sempre que for validado, a gente passa para o site. Então  
2030 fica aí, para vocês manterem informados e qualquer coisa, manda um e-mail para nós,  
2031 que a gente está olhando o nosso e-mail e a gente responde sempre que a gente vê lá,  
2032 muito obrigado.

2033 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -**  
2034 Obrigado, Gustavo.

2035 **A SRª MÔNICA G MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) -** Deixa eu só pedir para  
2036 que o Gustavo encaminhe para a gente, pelo e-mail [dsisnama@mma.gov.br](mailto:dsisnama@mma.gov.br) a sua  
2037 apresentação, por gentileza.

2038 **O SR. GUSTAVO LOPES -** Posso, posso sim, faço isso agora, só um momento.

2039 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -** Já é  
2040 o adiantar da hora, querendo fazer aqui um agradecimento especial a Mauren, a ABEMA  
2041 toda na pessoa da Mauren e da Rafaela, cumprimentar todos da ABEMA, Thomaz.  
2042 Agradecer a...

2043 **A SRª MÔNICA G MORAES (Coordenadora-Geral/SISNAMA) -** Aqui do Maranhão, que  
2044 está fazendo parte.

2045 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional) -** Pedro,  
2046 um prazer, seja bem-vindo, Maranhão aqui presente. Nós queremos agradecer aqui,  
2047 nominalmente, ao Renato, que acabou de sair, que é da [ininteligível]. Ao Gabriel e ao  
2048 Gil de Nova Lima, ao Alder Flores, presidente da ANAMMA, Alagoas, ao Allan, presidente  
2049 da ANAMMA, Sergipe, ao Pedro, diretor da ANAMMA, ao Marcelo Manara, vice-  
2050 presidente da ANAMMA São Paulo de São José dos Campos, esses que são os  
2051 condutores comigo dessa questão da ANAMMA. Aqui de público, agradecer sempre a

2052 vocês por nós estarmos juntos, tocando a ANAMMA, conjuntamente, cada um com sua  
2053 missão. E a você, Mauren, que deixou a ABEMA, meu abraço. Muito obrigado pela  
2054 convivência da presidência da ABEMA. Espero que nós possamos fazer com o Taveira  
2055 essa mesma profícua relação de parceria, de divergência, de convergência, mas  
2056 buscando sempre o bem comum, que é tratar o meio ambiente com respeito, ao Rodrigo  
2057 Agostinho, e não poderia deixar de agradecer a tropa do DSISNAMA vocês são  
2058 guerreiras, são guerreiros, que é uma luta danada montar toda essa estruturação, e nós  
2059 estarmos aqui e já fazendo o convite para o dia 2 de dezembro, a próxima reunião da  
2060 Tripartite e do CONAMA, então todos amanhã se possível, estaremos no CONAMA. Dia  
2061 4, no auditório do Ibama, Rodrigo, nós vamos estar com o ministro Herman Benjamin,  
2062 discutindo justiça climática em um seminário para começar a dar andamento nesse tema  
2063 tão importante da política pública nacional e ambiental. Deixo aqui o meu agradecimento  
2064 a ministra Marina, ao Capobianco que tem sido um parceiro incontestado das nossas lutas  
2065 em defesa do meio ambiente do Estado, para que o Brasil possa avançar, e avançar  
2066 ainda mais nessa luta ambiental. Então a todos vocês, meu muito obrigado, fiquem todos  
2067 com Deus. Está encerrada a Tripartite.